

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MURILO AUGUSTO ERZINGER FRANÇA

O DISCURSO DA GUERRA HUMANITÁRIA PARA UM CRIME DE AGRESSÃO
CRIMES DE GUERRA NA INVASÃO DO IRAQUE EM 2003 E SUAS
CONSEQUÊNCIAS

CURITIBA

2018

MURILO AUGUSTO ERZINGER FRANÇA

O DISCURSO DA GUERRA HUMANITÁRIA PARA UM CRIME DE AGRESSÃO
CRIMES DE GUERRA NA INVASÃO DO IRAQUE EM 2003 E SUAS
CONSEQUÊNCIAS

Monografia apresentada à disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II como requisito parcial à Conclusão do Curso de Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Professor Doutor Luís Fernando Lopes Pereira

Curitiba

2018

RESUMO

Com o fim da Guerra Fria, o sistema internacional apresentou condições favoráveis a uma maior atuação das Nações Unidas e à sua regulação normativa para promover a paz entre os Estados e a internacionalização dos direitos humanos. No entanto, a decisão adotada pelos Estados Unidos da América (EUA) e pelo Reino Unido de invadir o Iraque em 2003 sem a autorização do Conselho de Segurança, bem com a impunidade de suas ações militares, notadamente os crimes de guerra, gerou uma sensação global de desconfiança em relação ao poder de mando da Organização das Nações Unidas (ONU). Considerando a relevância das possíveis implicações dessa flagrante disparidade de tratamento jurídico dos poderes hegemônicos frente ao Direito Internacional, questiona-se a legalidade da mencionada intervenção “humanitária” no combate às infrações aos direitos humanos, os limites morais e materiais dessa atuação no confronto armado e as atuais possibilidades de responsabilização daqueles que infringem deliberadamente as normas imperativas de Direito Internacional.

Palavras-chaves: crimes, guerra, Iraque, Estados Unidos, ONU, intervenção.

ABSTRACT

With the end of the Cold War, the international system presented favorable conditions for a greater performance of the United Nations and its normative regulation to promote peace among states and the internationalization of human rights. However, the decision taken by the United States of America (USA) and the United Kingdom to invade Iraq in 2003 without the Security Council's authorization, as well as the impunity of its military actions, notably war crimes, has created a global sensation of mistrust towards the United Nations's (UN) command power. Considering the relevance of the possible implications of this flagrant disparity in the legal treatment of hegemonic powers regarding the International Law, one wonders the legality of the mentioned "humanitarian" intervention in the fight against human rights violations, the moral and material limits of such actions in the armed confrontation and the current possibilities of accountability of those who deliberately transgress imperative norms of International Law.

Keywords: crimes, war, Iraq, United States, UN, intervention.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 EXPERIÊNCIAS INTERVENCIONISTAS PÓS-GUERRA FRIA.....	9
2.1 GUERRA DO GOLFO	9
2.2 BOMBARDEIO DO KOSOVO	10
3 A GUERRA DO IRAQUE DE 2003	14
3.1 CONTEXTO GEOPOLÍTICO.....	14
3.2 AS JUSTIFICATIVAS PARA A GUERRA.....	17
4 CONSEQUÊNCIAS DA GUERRA	26
4.1 CRIME DE AGRESSÃO.....	26
4.2 CRIMES DE GUERRA	30
5 TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL	42
6 CONCLUSÃO	47
REFERÊNCIAS.....	54

1 INTRODUÇÃO

A história humana é marcada pelo conflito, que se manifesta nas mais diversas proporções a depender dos imperativos biológicos, materiais e culturais que o motivam. Os conflitos podem ser resolvidos de inúmeras formas, desde uma auto composição de danos ou pela adoção consensual de uma determinada posição política, nos quais tendem a prevalecer a razão, até o meio armado, em que se impõe uma vontade sobre a outra mediante o uso da força. O extremo da guerra é o produto de uma organização social e política que visa à sua própria expansão, que percebe o conflito como justificado ao definir seu inimigo como um “outro”¹.

A despeito de a guerra ser uma experiência histórica recorrente e traumática, percebe-se que a disposição para a luta armada ainda se mantém presente para alguns entes políticos, apesar de a modernidade ter superado, em tese, a era das conquistas territoriais em prol da organização racional de estruturas políticas mais aptas à realização de diversos interesses humanos e estatais. No caso da Europa entre os séculos XII e XVII, guerras internas e externas permitiram o fortalecimento de alguns Estados sobre os outros, mas esse processo de hierarquização e centralização do poder não foi apto a formar um império capaz de se impor sobre todo o continente², de modo que as guerras europeias, incluindo suas rebeliões internas e os conflitos religiosos, foram uma atividade contínua e elástica a ponto de criar uma enorme pressão competitiva sem a qual não se geraria a acumulação de poder e de capital dos Estados nacionais, responsáveis pela criação do denominado sistema interestatal europeu³.

Norbert Elias⁴ estuda a guerra como uma criação humana na qual o homicídio recíproco foi elevado a uma instituição permanente como uma tradição da

¹ OVERY, Richard. **A história da guerra em 100 batalhas**. Trad. Luis Reyes Gil. São Paulo: Publifolha, 2015, p. 16.

² WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World-System**. Nova York: Academic Press, 1974, cap. 3.

³ FIORI, José Luís. **História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 23-25.

⁴ ELIAS, Norbert. **A condição humana: Considerações sobre a evolução da humanidade, por ocasião do quadragésimo aniversário do fim de uma guerra (8 de Maio de 1985)**. Trad. Manuel Loureiro. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1991.

humanidade. O autor verifica, porém, que os indivíduos ainda mistificam essa realidade, não percebendo que a guerra é um horror provocado pelo próprio homem diante da dificuldade de se compreender as diferentes aspirações da coletividade e de conviver com outros grupos humanos, deixando assim de albergar a dinâmica dessa problemática em seu específico cunho social e permitindo a ascensão de mitos sociais ou nacionais que se inserem na psicologia coletiva e desembocam em conflitos armados quando se apresentam condições emocionais propícias ao acirramento dos ânimos. Particularmente na modernidade, trata-se de perturbações no sentido da realidade alimentadas por ilusões das classes dirigentes, sociologicamente despreparadas para avaliar as consequências de suas ações, cujas configurações conduzem regularmente a uma polarização de ideias defendidas por agrupamentos humanos distintos no qual o desfecho costuma ser o recurso ao uso da força entre os poderes hegemônicos. Tal situação decorre do estabelecimento forçado de disposições contrapostas que impelem as maiores potências à tomada de decisões pautadas constantemente na tentativa de fazer prevalecer seu interesse ou em reequilibrar suas posições de disputa.

Nesse diapasão que Norbert Elias analisa a escalada armamentista na modernidade, haja vista que os governos das grandes potências buscam sempre obter vantagens estratégicas sobre seus adversários, e quando o foco é o fortalecimento bélico, a tendência é o investimento militar crescer globalmente, e assim, paulatinamente fomentar as condições emocionais para a ocorrência de mais conflitos armados. Entretanto, no atual estágio de desenvolvimento tecnológico, uma guerra em que se envolvam os Estados hegemônicos em lados opostos é incapaz de assegurar qualquer sensação de segurança (elemento discursivo recorrentemente utilizado para justificar a beligerância), tendo em consideração que os atuais equipamentos (especialmente com o advento das bombas atômicas) possuem a capacidade de extinguir a humanidade e de provocar uma situação na qual não haveria vencedores, de modo que essa possibilidade apresenta um cenário catastrófico demais para ser racionalmente cogitado. Porém, como a opção pela guerra é essencialmente emocional e o receio da destruição (física e simbólica) pela supremacia militar alheia é constante em razão de profundas hostilidades recíprocas que são incessantemente reforçadas entre os adversários, apenas um desarmamento ideológico e a prática da tolerância ao diferente seriam capazes de

desnaturalizar a desconfiança mútua para instaurar medidas de controle supranacionais garantidoras de uma convivência pacífica entre os povos.

Assim demonstrado, em razão da importância singular que os eventos bélicos assumiram no relacionamento entre os Estados, o Direito Internacional assumiu sua concepção clássica ao se ocupar precipuamente dessa temática, como se percebe na Paz de Westfália (1648) ao estabelecer os princípios da soberania, da igualdade jurídica entre os Estados e da não intervenção sobre os assuntos internos.

Após a Segunda Guerra Mundial, a Carta das Nações Unidas apresentou especial preocupação em garantir a paz, a segurança internacional e os direitos humanos, adotando para isso a proibição expressa da ameaça do uso da força para a solução de litígios e incluindo em seu texto o Estatuto da Corte Internacional de Justiça a fim de promover uma jurisdição internacional capaz de assegurar seus objetivos. No entanto, foi apenas com o fim da constante ameaça nuclear na Guerra Fria que se visualizou concretamente um cenário internacional no qual os objetivos da Carta poderiam se desenvolver.

Nada obstante, a invasão promovida pelos Estados Unidos no Iraque sem o consentimento do Conselho de Segurança provocou grave descrédito na capacidade de a ONU garantir a paz internacional na medida em que a maioria das ações militares tomadas unilateralmente e realizadas em nome da intervenção humanitária, apesar dos enormes danos materiais e imensuráveis perdas humanas que provocaram, ainda não foram adequadamente apuradas nem houve a necessária pressão dos atores internacionais pela criação de mecanismos mais eficientes de responsabilização.

A discussão do tema é muito oportuna, já que a Guerra do Iraque ocorreu há quinze anos, e possui extrema relevância por seus reflexos atuais, ao se verificar que a luta internacional contra algumas ditaduras, ou pela garantia dos direitos humanos, ainda justifica intervenções pretensamente humanitárias nas estruturas jurídicas nacionais.

Evidentemente esse trabalho não pretende analisar as consequências dessa política intervencionista “humanitária” de forma tão ampla. Apenas se busca (re)discutir a trágica experiência que tal paradigma tem suscitado ao permitir que

ações militares sejam justificadas com base na mesma fragilidade argumentativa e que não responsabiliza os infratores do lado vencedor do conflito apenas pela suposta moralidade de suas ações.

Para isso, optou-se por dividir o presente trabalho em quatro capítulos. Inicia-se com uma breve apresentação de dois recortes históricos pós-Guerra Fria em que houveram intervenções internacionais na soberania de um Estado, primeiramente no próprio Iraque e depois no Kosovo, a efeitos de explicação do contexto internacional que forneceu a justificativa à Guerra do Iraque, tendo em vista que suas motivações declaradas decorreram da junção entre as consequências da Guerra do Golfo e do entendimento doutrinário e jurisprudencial conferido à permissividade da interferência estrangeira no território de um Estado soberano a partir do conflito no Kosovo.

Num segundo momento, discutir-se-á sucintamente as teses aventadas pelos atores políticos na tentativa de justificar a possibilidade jurídica da intervenção no Iraque, com o fim de se compreender o recorte discursivo das potências na busca de conferir legitimidade aos seus interesses. Em seguida, apresentada a tese conclusiva acerca da legalidade ou não da invasão, serão apresentados os crimes de guerra cometidos contra o povo iraquiano em nome da intervenção pretensamente humanitária. Depois, em razão de todo o panorama analisado, demonstrar-se-á a necessidade de um protagonismo mais ativo dos organismos internacionais no combate às infrações do Direito Internacional. Por fim, a conclusão retomará os pontos mais relevantes desse estudo com o intuito de reforçar a necessidade de mudanças comportamentais dos atores internacionais pela fundamental responsabilização daqueles que declaram guerras ilegais e que incitam ou praticam crimes no decorrer do conflito armado.

2 EXPERIÊNCIAS INTERVENCIONISTAS PÓS-GUERRA FRIA

Com o intuito de se compreender melhor o contexto histórico e os fundamentos jurídicos que permitiram a criação doutrinária e jurisprudencial da ideia da “responsabilidade para proteger” como critério para a legitimidade da intervenção humanitária, recorre-se à análise do contexto em que se desenvolveram a Guerra do Golfo e o Bombardeio ao Kosovo.

2.1 GUERRA DO GOLFO

No Oriente Médio, a ascensão de Saddam Hussein à presidência do Iraque mostrou que suas pretensões de grandeza assumiram “uma das mais extraordinárias e impressionantes encarnações daquilo que se chama de vontade de potência”⁵. Perceba-se que a Guerra do Irã-Iraque já fora motivada pelo descontentamento com as fronteiras impostas pelas ex-colônias europeias, como forma de enfraquecer o Irã e de impedir uma revolução no Iraque semelhante ao ocorrido no país vizinho em 1979, contando, inclusive, com o apoio logístico dos Estados Unidos. Além da guerra, para a manutenção de seu poder, Saddam Hussein foi responsável por graves violações aos direitos humanos de minorias em seu país e pelo uso de armas químicas contra a população civil.

Considerando esse histórico de autoritarismo e de aspiração expansionista, não surpreende que as ambições de Saddam tenham atingido o pequeno Estado do Kuwait em 02 de agosto de 1990, cuja justificativa foi a de que fora convidado por um grupo político kuaitiano de oposição a lutar pelo restabelecimento da ordem no país⁶. Na realidade, o maior objetivo dessa empreitada foi a tentativa de o Iraque recuperar seu crescimento econômico após a contração de dívidas decorrentes da Guerra Irã-

⁵ LAFER, Celso. Guerra, Direito e Poder no Golfo Pérsico. In CARDIM, Carlos Henrique (org.). **Bobbio no Brasil – um retrato intelectual**. Brasília: Editora UnB/Imprensa Oficial, 2001, p. 93.

⁶ HARRIS, D. J. **Cases and Materials on International Law**. Sixth edition. London: Sweet & Maxwell, 2004, p. 990.

Iraque, que se encontrava ameaçada pela política de redução do preço do petróleo do Kuait.

A comunidade internacional repudiou imediatamente a invasão por meio da edição da Resolução 660 do Conselho de Segurança, solicitando a retirada pacífica das tropas invasoras, mas diante da recusa iraquiana na obediência à resolução mesmo após a realização de embargos econômicos, em 15 de janeiro de 1991 foi editada a Resolução 678, a qual autorizou o uso da força na região. Percebe-se que os membros do Conselho de Segurança agiram em conformidade ao procedimento determinado na Carta da ONU, reunindo-se a cada nova situação para avaliar os resultados obtidos com as resoluções anteriores e então debater novas medidas cabíveis para a solução do conflito, até o ponto em que concluíram que o Iraque não se retiraria do Kuait senão por meio da força.

A operação militar da coalizão internacional para a recuperação do território kuaitiano foi liderada pelos Estados Unidos e concluída em 03 de abril de 1991 com o cessar-fogo determinado pela Resolução 687. Conclui-se desse episódio que a invasão iraquiana foi completamente ilegal por se tratar de uma tentativa de anexação territorial violenta (configurando um ato de agressão, objetivo a ser combatido pela Carta) e que a resposta internacional foi lícita e adequada em razão de se ter observado todas as determinações das Nações Unidas e do Conselho de Segurança para garantir a legalidade da intervenção, inclusive no tocante à reação militar limitada à expulsão das tropas iraquianas do Kuait⁷.

2.2 BOMBARDEIO DO KOSOVO

A região da ex-Iugoslávia é conhecida por abrigar diversos grupos étnicos e religiosos em situação de conflito. Desde a morte de Tito em 1980, a instabilidade se tornou a regra nos Balcãs, a qual foi reforçada com a dissolução da União Soviética

⁷ DISSENHA, Rui Carlo. Do Iraque ao Iraque outra vez: o jus ad bellum no contexto internacional depois de 10 anos da invasão iraquiana. **Revista Jurídica – Unicuritiba**, Curitiba, v. 4, n. 37, p. 225-248, 2014, p. 229-230.

e a onda de declarações de independências. Nesse diapasão, a pretensão separatista do Kosovo foi reprimida pelo governo iugoslavo de Slobodan Milosevic (de maioria sérvia e cristã ortodoxa) com a retirada da autonomia da província de origem albanesa e muçulmana. Como consequência, iniciou-se uma campanha militar separatista do Kosovo pela garantia de sua autodeterminação⁸, que foi impetuosamente respondida com o controle sérvio e uma política de limpeza étnica.

Diante da percepção concreta da catástrofe humanitária⁹, na qual a situação se tornou indefensável com as notícias de mortes por fome nos campos de detenção e da violência sexual em massa contra as mulheres¹⁰, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) decidiu realizar em 24 de março de 1999 uma campanha aérea de bombardeio ao Kosovo independentemente da autorização do Conselho de Segurança. Como houve continuidade dos combates, foi apenas com a ameaça de invasão por terra que o presidente iugoslavo permitiu a entrada das forças de paz das Nações Unidas e aceitou a autonomia administrativa e cultural do Kosovo. Com a pressão popular que elegeu democraticamente a oposição na Sérvia, Milosevic foi julgado e preso por diversos crimes de guerra realizados na Bósnia e no Kosovo pelo Tribunal Internacional de Haia, falecendo na prisão em 2005. De outro lado, o Kosovo declarou unilateralmente a sua independência da Sérvia em 17 de fevereiro de 2008, obtendo em seu décimo aniversário de independência o reconhecimento de 116 dos 193 países membros da ONU.

O bombardeio realizado pela OTAN no Kosovo foi formalmente ilegal por não se enquadrar nas duas únicas hipóteses previstas na carta das Nações Unidas para a legitimidade da guerra, a saber, mediante autorização pelo Conselho de Segurança e na situação de autodefesa¹¹. Não havendo fundamentação jurídica para justificar os bombardeios, os países que realizaram a operação militar e a maior parte da doutrina internacional entenderam pela legitimidade moral da intervenção

⁸ WEDGWOOD, Ruth. NATO'S Campaign in Yugoslavia. In: **American Journal of International Law - Editorial Comments: NATO's Kosovo Intervention**, vol. 93, 1999, p. 828-834.

⁹ NATION, Craig R. **War in the Balkans 1991-2002**. Carlisle: Strategic Studies Institute, 2003, p. 231.

¹⁰ ASKIN, Kelly Dawn. The ICTY: An Introduction to its Origins, Rules and Jurisprudence. In MAY, R. et al. **Essays on ICTY Procedure and Evidence in Honour of Gabrielle Kirk McDonald**. London: Kluwer Law International, p. 13-23, 2001, p. 15-16.

¹¹ KOSKENNIEMI, Martti. **From Apology to Utopia: The Structure of International Legal Argument**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 163.

ao se buscar, com a guerra, evitar um desastre humanitário ainda maior que a inércia ou a morosidade do cumprimento das exigências da Carta da ONU certamente provocaria. Assim, surge o conceito de “guerra humanitária”¹² como medida excepcional a permitir uma intervenção legalmente justificável pelos seus objetivos éticos, de maneira que se pode afirmar que a intervenção militar no Kosovo foi “formalmente ilegal e moralmente necessária”¹³, posição esta também assumida pelo Tribunal *ad hoc* da ex-Iugoslávia ao negar a responsabilidade dos comandantes da OTAN¹⁴, quando da realização de três denúncias formais¹⁵.

Concluída essa narrativa, pode-se conceituar a intervenção humanitária como sendo a possibilidade do recurso ao uso da força armada fora dos parâmetros admitidos pela Carta das Nações Unidas quando motivado por razões humanitárias, assim entendidas quando o objetivo da ação militar é conter violações maciças aos direitos humanos, tanto em relação às liberdades fundamentais quanto às normas do direito internacional humanitário¹⁶.

Ressalte-se também a versão mais recente dessa doutrina, manifestada com a tese “The two concepts of sovereignty”¹⁷ do ex-secretário geral da ONU, Koffin Annan, que culminou na Comissão Internacional sobre Intervenção e Soberania Estatal (ICISS), a qual criou a categoria da Responsabilidade para Proteger para definir a principal responsabilidade do Estado soberano como sendo o de proteger sua população, dever esse que, se não for cumprido, seja por incapacidade ou por negligência, seria remetido aos demais Estados soberanos em

¹² CHARNEY, Jonathan I. Anticipatory Humanitarian Intervention in Kosovo. In **The American Journal of International Law** - Editorial Comments: NATO's Kosovo Intervention, vol. 93, p. 834-841, 1999, p. 836.

¹³ KOSKENNIEMI, Martti. The Lady Doth Protest Too Much', Kosovo, and the Turn to Ethics in International Law. In **The Modern Law Review**, vol. 65, n. 2, March 2002, p. 159-175, 2002.

¹⁴ UNITED NATIONS. International Criminal Tribunal for the Former Yugoslavia. **Final Report to the Prosecutor by the Committee Established to Review the NATO Bombing Campaign Against the Federal Republic of Yugoslavia**, parágrafo 91.

¹⁵ O Tribunal *ad hoc* da Ex-Iugoslávia decidiu arquivar as denúncias sem realizar qualquer investigação, julgando-as manifestamente infundadas. Porém, sabe-se que o bombardeio utilizou bombas cluster e dispararam projéteis que dispersam urânio, materiais proibidos em tratado internacional ratificado pelos países da OTAN. ZOLO, Danilo. **La Justicia de los Vencedores**. Trad. Elena Bossi. Buenos Aires, Edhasa, 2007, p. 46-47.

¹⁶ BÖHLKE, Marcelo. **A proibição do uso da força no direito internacional contemporâneo**. Rio de Janeiro: Renovar, 2011, p. 236.

¹⁷ ANNAN, Kofi. **The two concepts of sovereignty**. The Economist, London, v. 352, n. 8137, p. 18 Sept. 1999.

decorrência da responsabilidade internacional comum de proteger¹⁸. Em outras palavras, a ICISS reconheceu a responsabilidade da comunidade internacional de prevenir, reagir e reconstruir, respeitados os princípios da autoridade certa, justa causa, intenção correta, último recurso, meios proporcionais e perspectivas razoáveis¹⁹.

Essa forma de encarar a soberania enquanto responsabilidade, no entanto, encerra as mesmas medidas bélicas que advinha da proposta da intervenção humanitária, não ensejando alterações perceptíveis na prática internacional. É o que se avaliará no próximo capítulo.

¹⁸ INTERNATIONAL CANADA: COMMISSION ON INTERVENTION AND STATE SOVEREIGNTY. **The Responsibility to Protect**, Ottawa: International Development Research Centre, Dec. 2001, p.8. Disponível em: <https://www.idrc.ca/en/book/responsibility-protect-report-international-commission-intervention-and-state-sovereignty>. Acesso em: 10 out. 2018.

¹⁹ Ibidem, p. 29-32.

3 A GUERRA DO IRAQUE DE 2003

Tendo em consideração o desfecho da Guerra do Golfo, do qual a Guerra do Iraque é considerada uma continuação, tanto que tais conflitos armados são também conhecidos respectivamente por Primeira e Segunda Guerra do Iraque, bem como apresentada a cunhagem do termo “intervenção humanitária”, passa-se a analisar o contexto geopolítico no qual se desenvolveu a Guerra do Iraque e as justificativas oferecidas para se legitimar o evento.

3.1 CONTEXTO GEOPOLÍTICO

É notória a mudança da agenda política internacional dos Estados Unidos no período logo após o fim da Guerra Fria. Deixando de se preocupar de maneira tão intensa com a sua própria segurança, houve a abertura de um espaço suficiente para o desenvolvimento de uma maior atenção da diplomacia norte-americana no respeito aos direitos humanos, de maneira tal que deixou de haver a mesma tolerância e apoio ativo para com alguns regimes autoritários. Apesar das limitações desses programas, representada pela crença de que uma liberalização política culminaria diretamente na democratização²⁰, trata-se de um avanço diplomático que não deve ser menosprezado, haja vista que foi o período em que se desenvolveu o conceito de guerra humanitária e da responsabilidade de proteger como compromissos políticos globais no sentido de a garantia da soberania dos Estados servir para impedir violações aos direitos humanos.

Todavia, desde 11 de setembro de 2001, a defesa dos direitos humanos e da democracia passou a ser marginalizada na política externa norte-americana diante da nova visão geopolítica e cruzada ideológica que se instalava, de maneira

²⁰ CAROTHERS, Thomas. The End of the Transition Paradigm. **Journal of Democracy**, vol. 13, nº 1, pp. 5-21, 2002, p. 6.

muito semelhante à desenhada durante a Guerra Fria²¹, mas agora voltada no combate ao terrorismo relacionado aos países árabes. Frisa-se que a retórica antiterrorista passou a ser aproveitada por diversos governos com o intuito de intensificar seus ataques a desafetos políticos e inimigos domésticos²², consoante o evidenciado pela Rússia em relação à Chechênia e por Israel frente aos seus países vizinhos. A tolerância dos Estados hegemônicos às constantes violações de direitos humanos e até a um verdadeiro terrorismo de Estado como resposta às ameaças terroristas decorre principalmente na divulgação dessas ações como uma cruzada contra o mal, reconfigurando a tônica da ação estatal nas medidas de segurança nacional e autorizando, por conseguinte, que a proteção do Estado de seus inimigos permita o sacrifício de direitos elementares dos cidadãos²³.

Esse ambiente de insegurança e preocupação terrorista foi propício para a criação retórica de oposição dos Estados Unidos a um “Eixo do Mal”²⁴, composto por Coreia do Norte, Irã e Iraque, malgrado os dois últimos serem inimigos históricos e não apresentarem conexão racionalmente aferível alguma com o primeiro. O nítido caráter seletivo dessa apresentação é demonstrado ao se observar que o Paquistão, grande proliferador de armas de destruição em massa, ficou de fora da lista dos países perigosos por ser aliado estratégico dos EUA. A montagem desse discurso se esclarece:

“O papel global desempenhado por esses três países não os torna mais dignos de atenção do que qualquer outra nação. Outros Estados, incluindo aliados americanos, são igualmente culpáveis. A Síria, por exemplo, tem sido tão ativa no Oriente Médio quanto o Irã. A devastação causada por terroristas apoiados pelo Paquistão na Cashemira tem sido tão significativa quanto qualquer outra produzida pelos terroristas do “eixo do mal” – para não mencionar o persistente apoio paquistanês ao Talibã, antes de sua reviravolta no pós-11 de setembro.

(...) Bons argumentos podem ser dados para afirmar que a Coreia do Norte e o Iraque de Saddam Hussein pertenceriam a qualquer lista dos “dez

²¹ DONNELLY, Jack. Direitos humanos internacionais: conseqüências não intencionais da guerra contra o terrorismo. **Contexto Internacional**, v. 25, n. 2, p. 333-361, 2003, p. 340.

²² **Human Rights Watch**, In the Name of Counter-Terrorism: Human Rights Abuses Worldwide, <http://www.hrw.org/un/chr59/counter-terrorismbck4.htmP286ã64797>.

²³ DONNELLY, Jack. Obra citada, p. 341-342, 346.

²⁴ Expressão criada pelo presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, em seu Discurso sobre o Estado da União de 29 de janeiro de 2002, para se referir a governos considerados hostis aos EUA, os quais foram acusados de possuírem armas de destruição em massa e de apoiarem terroristas.

mais". Mas a inclusão do Irã nesse grupo é forçada e só pode ser explicada pela tendência a demonizar inimigos que surgiu a partir de setembro de 2001."²⁵

A demonização desses países pode ser interpretada, portanto, como uma decorrência, ainda que indireta, do trabalho de alguns intelectuais e políticos estadunidenses conservadores que consideravam os Estados árabes como entraves às pretensões hegemônicas dos Estados Unidos no pós-Guerra Fria.

Explica-se: a vitória americana na Guerra Fria foi considerada por cientistas políticos de renome, como Francis Fukuyama²⁶, como a vitória da democracia liberal ocidental sobre o comunismo²⁷, gerando tão forte crença na superioridade e universalidade desse sistema de valores que se concluiu pelo desejo intrínseco de todos os povos se tornarem democráticos. Sem embargo, observou-se que a realidade não se apresentava tão promissora à difusão desses ideais em escala global, encontrando resistência em diversos Estados em razão de suas diferenças culturais. Os países árabes foram analisados como sendo pertencentes a uma civilização particularmente contraposta à civilização ocidental na medida em que foram considerados a antítese do Ocidente e que detinham a pretensão de expandir seu sistema de valores universalmente, e, por isso se encontraria em futuros confrontos culturais e religiosos contra o estilo de vida ocidental²⁸. Esse conflito inevitável entre dois mundos foi reforçado ainda mais pela tese de Bernard Lewis²⁹ de que os problemas do Oriente Médio foram causados pelos próprios árabes e que diante de sua própria incapacidade de lidar com as consequências de seus atos e pela intolerância que professavam sua fé, deveriam ser duramente repreendidos pelos Estados Unidos.

Desse modo, é facilmente compreensível o tom de alarme que tais pensadores propagavam em seus círculos acadêmicos, bastando apenas uma

²⁵ Ibidem, p. 350.

²⁶ FUKUYAMA, Francis. **The End of the History and the Last Man**. New York: Avon Books, 1992.

²⁷ SANTOS, Maria Helena de Castro. Exportação de democracia na política externa norte-americana no pós-Guerra-Fria: Doutrinas e o uso da força. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 53, n. 1, p. 157-191, 2010, p. 161.

²⁸ HUNTINGTON, Samuel. **The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order**. New York: Simon & Schuster, 1996.

²⁹ Tese apresentada no artigo "As raízes da raiva muçulmana", publicada em 1990.

oportunidade de acirrar os ânimos de uma população insegura para concretizarem suas teses, o que ocorreu com os atentados terroristas de 2001, numa espécie de profecia autorrealizável.

3.2 AS JUSTIFICATIVAS PARA A GUERRA

Inicialmente, cumpre reiterar que a Guerra do Iraque foi uma continuação da Guerra do Golfo fomentada pela doutrina da “Guerra ao Terror” desenvolvida pelos Estados Unidos após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001.

A Guerra ao Terror foi promovida pelo presidente estadunidense George W. Bush a partir da alteração da legislação interna dos Estados Unidos cujo cerne foi a restrição de liberdades para a segurança coletiva. No mesmo momento, iniciaram-se as campanhas militares destinadas a combater o terrorismo no mundo, sendo o Afeganistão o primeiro alvo dessa operação quando o regime Talibã, após oferecer apoio à atuação terrorista, negou-se a entregar os terroristas instalados no país.

Em 2002, o governo estadunidense lançou um plano de defesa, a “Estratégia de Segurança Nacional”, indicando os países que compunham o “Eixo do Mal”, assim compreendidos como aqueles que ofereciam risco de abrigar ou instigar ataques terroristas. O Iraque estava presente na referida lista como produtor de armas de destruição em massa, e sob esse simples fundamento, que não passava de uma suspeita, e apesar da oposição da comunidade internacional, no dia 20 de março de 2003, uma coligação internacional formada por 38 países liderados pelos Estados Unidos³⁰ invadiram o território iraquiano na chamada “Operação Liberdade Iraquiana” e derrubaram o regime de Saddam Hussein. O líder iraquiano foi preso e condenado à pena de morte por enforcamento em um Tribunal Especial iraquiano no

³⁰ O contingente militar da coligação que invadiu o Iraque foi de 149 233 militares, composto por 140.000 norte-americanos, 4.000 britânicos, 900 poloneses, 650 da Coreia do Sul e mais 3 683 das demais nacionalidades, com forças meramente simbólicas, incluindo alguns provenientes da Espanha, Austrália, Dinamarca e Portugal. Os demais países enviaram soldados e observadores apenas na fase de ocupação. Em: CORREIA, Armando José Dias. Iraque: OBJECTIVOS, ESTRATÉGIAS E PERSPECTIVAS FUTURAS. **Revista Militar**, Lisboa, n. 2483, p.1563-1592, dez. 2008. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/356>. Acesso em: 10 out. 2018.

dia 05 de novembro de 2006 pelo massacre de 146 pessoas, predominantemente de origem xiita, no ano de 1982.

Nessa breve apresentação se verifica que não houve a necessária aprovação do Conselho de Segurança para julgar a legalidade de um ataque armado ao Iraque. Na realidade, três membros permanentes do Conselho (França, Rússia e China) já tinham se manifestado pela desnecessidade e ilegalidade da intervenção.

Nada obstante, o Reino Unido realizou uma interpretação extensiva das Resoluções 660, 678 e 687 do Conselho de Segurança, as quais afirmam, respectivamente, que o Iraque deveria retirar suas tropas do Kuwait, que era autorizado o uso de “todos os meios necessários” contra o Iraque na Guerra do Golfo para a desocupação do território invadido e que o cessar fogo estava condicionado ao cumprimento de diversas condições. Para os britânicos, como o Iraque não cumpriu integralmente todas as determinações³¹, a invasão armada ainda era uma possibilidade autorizada implicitamente. Os Estados Unidos foram além, alegando direito de defesa preventiva³², isto é, modificando a compreensão de “iminência de um ataque” para uma “ameaça em longo prazo”, entendida no caso como a possibilidade de uso de armas de destruição em massa (ADMs).

Tais justificativas são frutos de uma livre interpretação (política) das determinações impostas pelas normas internacionais, situação essa que pode ensejar abusos do direito, como foi o entendimento da legítima defesa preventiva, uma clara contradição em termos – afinal, a ideia de defesa pressupõe um ataque

³¹ Resolução n. 1441 do Conselho de Segurança, de oito de Novembro de 2002.

³² Já houve três momentos históricos em que se se buscou justificar ataques como respostas preventivas: o caso Caroline (1837), a Guerra dos Seis Dias (1967) e o ataque ao reator Osirak (1981). O primeiro ocorreu no rio Niágara quando as tropas britânicas invadiram e destruíram o navio americano Caroline, enquanto atracado, sob a acusação de que os americanos forneciam apoio aos rebeldes canadenses (dessa situação se estabeleceu os critérios da necessidade, proporcionalidade e iminência de um ataque para se que se possa invocar uma defesa preventiva); o segundo caso não foi considerado uso desproporcional da força pela comunidade internacional pelas evidências da iminência de um ataque armado do Egito contra Israel; no terceiro caso, diante da falta de provas da iminência de um ataque ou da necessidade do uso da força, a Resolução 487 do Conselho de Segurança de 19 de junho de 1981 se posicionou contrariamente à Israel. Para maiores informações, ver: PLATIAU, Ana Flávia Granja e Barros; VIEIRA, Priscilla Brito Silva. “A legalidade da intervenção preventiva e a Carta das Nações Unidas.” **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 49, n.1, p. 179-193, jun. 2006, p. 181, 189-190.

atual ou iminente, não comportando uma anterioridade. Esse risco já existe desde a sustentação de argumentos de índole moral realizada no bombardeio ao Kosovo, mas foi com a invasão no Iraque que parece ter sido reativada a doutrina da razão de Estado, pois foi nesse momento que uma classe política criou um estado de exceção permanente a justificar o desrespeito a normas legais e éticas imperativas em condições normais como forma de garantia da segurança interna do Estado³³.

Essa perspectiva se esclarece com a pretensão de alteração das regras de Direito Internacional Humanitário para o combate contra guerrilheiros e terroristas em razão da constatação de uma “guerra assimétrica”³⁴. Segundo essa tese, pelo fato de terroristas e guerrilheiros não respeitarem as Convenções de Genebra e de Haia, aqueles que os combatem não poderiam estar vinculados a tais regras para que houvesse um conflito mais justo entre os combatentes, raciocínio que facilmente permitiria a violação dos mais básicos direitos humanos, como foi concretamente realizado na Guerra do Iraque como se demonstrará mais adiante.

Na realidade, as alegações de detenção de armas de destruição em massa e da suspeita que Saddam Hussein teria ligações com grupos terroristas jamais foram comprovadas pelas forças de ocupação, tratando-se de um recurso retórico para encobrir os interesses enérgicos (petróleo) e as ambições hegemônicas da ala conservadora do pensamento político norte-americano no Oriente Médio, garantindo uma “dominação mundial unilateral através da supremacia militar absoluta”³⁵.

No entanto, é importante apresentar mais detidamente as discussões que culminaram na invasão do Iraque para que se demonstre a flagrante ilegalidade da própria declaração da guerra antes de se adentrar na abordagem dos crimes de guerra cometidos durante a intervenção.

³³ BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Quinta edição. Volume 2. Brasília: Imprensa Oficial/Editora UnB, 2000, p. 1067.

³⁴ PFANNER, Toni. Asymmetrical warfare from the perspective of humanitarian law and humanitarian action. In **International Review of Red Cross**, vol. 87, number 857, March 2005, p. 149-174, 2005, p. 152.

³⁵ RAMSBOTHAM, David. Operation Overstretch. **London Review of Books**, v. 25, n. 4, Feb. 20 – Mar. 6, 2003, p. 11-12. Disponível em: <https://www.lrb.co.uk/v25/n04/david-ramsotham/operation-overstretch>. Acesso em: 02 out. 2018.

Primeiramente, utilizou-se o argumento de legítima defesa preventiva como forma de justificar a guerra, premissa essa já apresentada no documento Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América de 2002. A ideia dos EUA era estender a noção de legítima defesa prevista no artigo 51 da Carta das Nações Unidas³⁶, que prevê a necessidade da ocorrência de um “ataque armado” contra um membro da ONU para ser justificado, de forma a abarcar os casos em que algum Estado adote políticas armamentistas que possam colocar em risco a paz ou a segurança internacional.

Essa argumentação foi facilmente rebatida por seus críticos por ser manifestamente contrária aos ditames da Carta das Nações Unidas na medida em que permitiria um aumento significativo de conflitos entre Estados, gerando maiores riscos à comunidade internacional. Afinal, a ONU foi criada justamente para que ameaças à paz e à segurança internacional fossem apreciadas por um conjunto de países, evitando ações unilaterais do uso da força:

“O que essa doutrina faz é destruir o objetivo de um mundo no qual os Estados se consideram sujeitos à lei, particularmente quanto aos padrões para o uso da violência. Esse conceito seria substituído pela noção de que não há nenhuma lei senão a discricão do Presidente dos Estados Unidos”³⁷ (tradução nossa).

Num segundo momento, buscou-se declarar a legalidade da guerra a partir das Resoluções do Conselho de Segurança. É importante ressaltar que os Estados Unidos tentaram insistentemente obter uma resolução que aprovasse a imediata autorização do uso da força militar no caso de não cooperação do Iraque com as inspeções da ONU, mas diante das ameaças de veto da França e da Rússia, a Resolução 1441³⁸ concedeu mais uma oportunidade de o Iraque respeitar as

³⁶ **CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS.** Nações Unidas no Brasil. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br>. Acesso em 02.10.2018.

³⁷ AL GORE. Against a doctrine of preemptive war. In: CERF, Christopher; SIFRY, Micah L. (Eds.). **The Iraq War Reader: History, Documents, Opinions.** New York: Touchstone, 2003, p. 325.

³⁸ Determinava que o Iraque “continuava incorrendo em violações materiais de suas obrigações segundo o disposto em resoluções relevantes, incluindo a resolução 687 (1991), especialmente ao não cooperar com os inspetores das Nações Unidas (UNMOVIC) e da Agência Internacional de Energia Atômica (IAEA), e não realizar as ações exigidas e dispostas nos parágrafos 8 a 13 da Resolução 687 (1991)”, decidiu “instaurar um regime reforçado de inspeção, com o objetivo de realizar total e comprovadamente o processo de desarmamento previsto pela resolução 687 (1991) e

anteriores resoluções. Para isso, ao combinarem as Resoluções 660, 678 e 687³⁹ com a Resolução 1441, passou a haver o entendimento pelo Reino Unido de que a autorização do uso da força estaria suspensa apenas enquanto o Iraque cumprisse com as condições do cessar-fogo, e não sendo esse o caso, a autorização poderia ser restabelecida⁴⁰.

No entanto, as missões da Comissão das Nações Unidas de Vigilância, Verificação e Inspeção (United Nations Monitoring, Verification and Inspection Commission – UNMOVIC) e da Agência Internacional de Energia Atômica (International Atomic Energy Agency – AIEA), realizadas para verificar o cumprimento das obrigações, repassaram somente informações parciais sobre as inspeções realizadas no Iraque⁴¹. O chefe da UNMOVIC, Hans Blix, percebeu que o relatório de sua entidade apontava uma cooperação iraquiana satisfatória, com a devida permissão de acesso a todos os locais de inspeção planejados, mas também verificou algumas inconsistências com as informações fornecidas pelo Iraque, principalmente pela dificuldade de verificar a veracidade das alegações de destruição dos estoques de gás VX e de antraz diante da falta de documentos oficiais. Já o relatório do chefe da missão da AIEA, Mohamed El Baradei, demonstrou que ao final de 1992 já se havia destruído ou desarmado quantidade tão expressiva de armamentos e instalações nucleares que não havia mais possibilidade

resoluções subsequentes do Conselho”, enfatizou que o Iraque não poderia “realizar nem ameaçar realizar atos hostis contra qualquer representante ou funcionário das Nações Unidas ou da IAEA ou de qualquer Estado-membro que adote medidas para cumprir qualquer resolução do Conselho” e determinou que “o Conselho alertou repetidamente o Iraque que, caso continue infringindo suas obrigações, enfrentará consequências graves”. Ver: **RESOLUÇÃO 1441**, de 08 de novembro de 2002, do Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovada na sua 4633ª sessão (doc. S/RES/1441) (grifos nossos).

³⁹ Cumpre referir que a Resolução 687 determinava, entre outras obrigações, que o Iraque deveria destruir suas armas nucleares, químicas e biológicas, bem como limitar o alcance de seus mísseis balísticos a 150 km. Ver: **RESOLUÇÃO 687**, de 03 de abril de 1991, do Conselho das Nações Unidas (doc. S/RES/687). O cumprimento do programa de desarmamento foi realizado pela inspeção da Comissão Especial das Nações Unidas (UNSCOM), substituída em 1999 pela Comissão de Controle, Verificação e Inspeção das Nações Unidas (UNMOVIC).

⁴⁰ **FOREIGN and Commonwealth Office**. Iraq: legal basis for the use of force. 17 mar. 2003. Disponível em: http://www.ico.gov.uk/upload/documents/library/freedom_of_information/notices/annex_c_-_memorandum_by_foreign_and_commonwealth_office_170303.pdf. Acesso em: 04 out. 2018.

⁴¹ MOTTA, Bárbara Vasconcellos de Carvalho. **Securitização e política de exceção: o excepcionalismo internacionalista norte-americano na segunda Guerra do Iraque**. 2014, p. 100. 125 f. Dissertação (mestrado) - UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/111154>.

de reconstrução de um programa nuclear, até porque não havia qualquer traço de material radioativo.

Em suma, os chefes das missões de inspeção demonstraram que havia cooperação e comprometimento dos representantes iraquianos e estavam convictos de que as inspeções contribuiriam para a realização de um acordo pacífico, esclarecendo que não havia provas de que o Iraque possuía armas de destruição em massa e refutando sérias acusações contra o Iraque como ao declarar a falsidade dos documentos que diziam que o Iraque teria tentado comprar urânio do Níger⁴².

Além disso, a necessidade da aprovação de uma posterior resolução que expressamente autorizasse o uso da força era tão nítida que os países favoráveis à intervenção apresentaram um esboço de resolução pugnando pelo reconhecimento da falha de o Iraque cumprir com a última oportunidade concedida pelo Conselho de Segurança⁴³. A falta de apoio a essa nova resolução já demonstrou que a invasão não poderia ter uma justificativa legal⁴⁴ e a própria tentativa comprova que não havia qualquer efeito automático da Resolução 1441, mas tão e somente o alerta sobre uma possível decisão pelo Conselho da aprovação de consequências mais graves pelo descumprimento. Além disso, essa justificativa exigiria uma interpretação perigosamente ampla da autorização do uso da força, pois a Resolução 678 foi dirigida exclusivamente para resolver os conflitos oriundos da Guerra do Golfo de 1991 e a Resolução 1441 não poderia restabelecer uma autorização para a intervenção no Iraque se pautada em motivações dissociadas das anteriores.

Por fim, após as argumentações anteriores não surtirem efeitos notórios para o convencimento do público especializado, apelou-se ao argumento moral para conferir a legitimidade da intervenção militar pela sua destinação humanitária, isto é,

⁴² Ver as datas de 09 de fevereiro, 28 de fevereiro e 08 de março, todos do ano de 2003. CARNEIRO, Mariana; LEIRIA, Luis (Org.). Cronologia da guerra no Iraque. **Esquerda**. [s.l.], 23 mar. 2013. Disponível em: <https://www.esquerda.net/dossier/cronologia-da-guerra-no-iraque/27211>. Acesso em: 12 out. 2018.

⁴³ PINHEIRO, Leandro Guerreiro C. "Guerra do Iraque: análise de sua legalidade frente ao direito internacional contemporâneo." **Jus Navigandi**, Teresina, ano 14, 2009, p. 11.

⁴⁴ LOWE, Vaughan. The Iraq Crisis: What Now? **International and Comparative Law Quarterly**, Vol. 52, Part 4, Oct. 2003, pp. 859-871, p. 865. Disponível em: <http://www.biicl.org/publications/iclq/load/-/v/52/i/4/f/859/>. Acesso em: 05 out. 2018.

passou-se a reconhecer o governo de Saddam como tirânico e totalitário, no qual haveria constante desrespeito aos direitos humanos de minorias. Verifica-se que o que era apenas um objetivo de guerra (a implantação da democracia no Iraque) tornou-se a principal justificativa após não serem encontradas as armas de destruição em massa, numa tentativa de legitimar as ações militares retroativamente.

Essa tentativa de legitimar a guerra com base na intervenção humanitária também não apresenta qualquer fundamento, haja vista que existem algumas condições básicas para a viabilidade da caracterização de uma intervenção como humanitária. Geoffrey Robertson apresenta doze critérios para tal aferição⁴⁵, sendo que não seria exagero afirmar que a maior parte desses requisitos não foi respeitada, notadamente pela inexistência da prática de crimes contra a humanidade realizada pelo Iraque no momento da invasão (não houve até então qualquer resolução condenando o governo iraquiano por ações criminosas contra minorias), pela inobservância da necessária autorização do Conselho de Segurança ou ao menos a concordância da maioria dos membros de alguma organização internacional, pela obtenção de lucros pelos interventores (recursos energéticos e crédito pela reconstrução do país), pelo despreparo em reconstruir o Estado invadido, pela não submissão ao julgamento das cortes internacionais por eventuais excessos e pelo desrespeito às Convenções de Genebra de 1949 (direito da guerra).

Para além de todo esse debate, importa registrar que no dia 06 de julho de 2016 o diplomata e ex-funcionário ministerial do Reino Unido John Chilcot apresentou os resultados de uma investigação iniciada em 2009 sobre o envolvimento de seu país na Guerra do Iraque, no que ficou conhecido por Relatório Chilcot⁴⁶. Apesar de o objetivo da Comissão Especial que realizou o estudo não ter sido verificar se a intervenção militar foi legal ou não, houve a inexorável conclusão de que a avaliação da legalidade foi insuficientemente realizada pelas autoridades

⁴⁵ Para uma análise completa, ver: RÉGIS, André. **Intervenções nem sempre humanitárias: o realismo nas relações internacionais**. João Pessoa: EDUFPB, 2006, p. 49-50.

⁴⁶ Para análise completa da investigação, ler o relatório online. Disponível em: <http://webarchive.nationalarchives.gov.uk/20171123122743/http://www.iraquinqury.org.uk/the-report/>.

britânicas, bem como que a escolha efetuada pelo Reino Unido desrespeitou frontalmente a autoridade do Conselho de Segurança.

Na realidade, o Relatório teve como intuito questionar se foi necessário invadir o Iraque em 2003 e se o Reino Unido poderia ou deveria estar preparado para a reconstrução do país. A conclusão de que a invasão foi realizada antes da adoção de todas as opções pacíficas para o desarmamento e de que a ação bélica não foi adotada como último recurso se deve a uma multiplicidade de fatores, dentre os quais: a) o julgamento dos riscos de uso de armas de destruição em massa foi realizado com uma certeza injustificada; b) o planejamento para a reconstrução do Iraque após Saddam Hussein foi completamente inadequado, visto que as consequências da invasão foram subestimadas; c) a decisão formal da invasão foi tomada em 17 de março de 2003 a partir de um ultimato de 48 horas para Saddam sair do Iraque, mas o Parlamento votou pela guerra no dia seguinte; d) cerca de 18 meses anteriores à invasão, o primeiro-ministro Tony Blair já havia sugerido a George Bush uma “estratégia inteligente” para a mudança do regime iraquiano, além de tê-lo assegurado que “estaria com ele não importa o que acontecesse”; e) o advogado e parlamentar Peter Goldsmith assegurou a Tony Blair que havia base legal para a ação militar sem uma nova resolução do Conselho de Segurança, desde que Blair confirmasse que o Iraque foi responsável por novas violações materiais da Resolução 1441, o que foi apresentado já no dia seguinte; f) a Comissão percebeu que se as sanções fossem mantidas, o Iraque não conseguiria desenvolver uma arma nuclear e que seriam necessários alguns anos para implantar mísseis de longo alcance; g) a contribuição militar britânica foi decidida em meados de janeiro de 2003, quando se verificou a necessidade de aumentar o número de brigadas para controlar o Iraque após a queda do regime de Saddam, de modo que não houve tempo hábil para se preparar três brigadas nem de suprir as deficiências de equipamentos; h) George Bush ignorou a maior parte dos conselhos britânicos acerca do planejamento pós-guerra, de modo que as preparações da coalizão falharam em controlar o território; i) as forças de segurança não obtiveram recursos suficientes para suas tarefas também em razão das demandas das operações no Afeganistão, a ponto de o Reino Unido ter negociado um cessar-fogo com um grupo miliciano em Basra; j) Tony Blair deliberadamente ignorou os avisos de que poderia ocorrer um conflito separatista no Iraque após as operações militares e, mais tarde

alegou a imprevisibilidade desse acontecimento; k) o Reino Unido não conseguia exercer influência sobre as ações tomadas por Paul Bremer, embaixador dos EUA e maior autoridade da coalizão em Bagdá; l) as forças da coalizão não se esforçaram em reconhecer o número de mortes civis iraquianas, limitando-se a apresentar uma estimativa geral e ignorando as acusações contra as tropas invasoras; m) por fim, o ditador iraquiano não oferecia qualquer ameaça iminente.

Em suma, constatadas todas essas ocorrências, o Relatório Chilcot se prestou a demonstrar a necessidade de uma discussão coletiva pautada em debates informativos para a tomada de uma decisão de tamanha gravidade, assim como constatou que todos os aspectos de uma intervenção militar devem ser precisamente calculados, fundamentalmente quanto aos aspectos civis e logísticos, frequentemente esquecidos, para que se alcance algum objetivo humanitário.

4 CONSEQUÊNCIAS DA GUERRA

A partir do demonstrado anteriormente, constata-se que não há qualquer base legal a justificar a invasão do Iraque em 2003, seja avaliada em seu sentido formal-legalista, em razão da expressa discordância dos membros permanentes do Conselho de Segurança e pela interpretação restrita que as resoluções dessa organização possuem ao serem destinadas a considerar cada caso concreto em sua especificidade, seja considerada em sentido material ou humanitário, na medida em que se observaram diversos interesses de particulares na provocação da guerra e nenhuma real necessidade de intervenção para a defesa dos cidadãos iraquianos, os quais não se encontravam naquele período em estado de vulnerabilidade (inclusive não houve interesse internacional em agir quando algumas minorias estavam verdadeiramente em apuros, como no caso da perseguição aos xiitas pelo qual se condenou Saddam Hussein).

Concluída a demonstração da ilegalidade da deflagração da Guerra do Iraque, deve-se analisar se a ocorrência do referido conflito armado ensejaria uma hipótese de crime de agressão, principalmente pela circunstância dos diversos crimes de guerra que foram constatadas em decorrência dessa ilegalidade inicial, isto é, pretende-se demonstrar a gravidade das consequências que uma tomada de decisão política unilateral pode acarretar, principalmente ao se admitir uma doutrina em que a impunidade e o sigilo são as regras do jogo.

4.1 CRIME DE AGRESSÃO

Desde que a Carta das Nações Unidas⁴⁷ anunciou em seu preâmbulo seu objetivo de “preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra” e de que para tal fim se deveria praticar a tolerância para a convivência pacífica dos Estados e unir “forças para manter a paz e a segurança internacionais, e a garantir, pela aceitação

⁴⁷ CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS, ONU, 1945.

de princípios e a instituição de métodos, que a força armada não será usada a não ser no interesse comum”, um dos maiores questionamentos passou a ser o meio pelo qual se responderia às ameaças à paz e ao desrespeito ao direito de não intervenção armada. A própria Carta já afirma que serão coletivamente tomadas todas as medidas possíveis para a solução pacífica das controvérsias e que um dos propósitos das Nações Unidas é justamente “reprimir os atos de agressão ou outra qualquer ruptura da paz”, no entanto, é muito recente a definição legal acerca do que constituiria um ato de agressão passível de punição em âmbito internacional. De qualquer modo, o fundamento político para a configuração do crime de agressão já estava estabelecido no Capítulo VII da Carta da ONU, e já era perceptível que o fundamento jurídico era coibir qualquer guerra que não fosse de autodefesa ou sancionada pelo Conselho de Segurança.

A resposta automática oferecida ao modo de se enfrentar uma ameaça à paz foi pela estipulação do seu enfrentamento por meios das resoluções do Conselho de Segurança, órgão responsável pela deliberação das medidas a serem adotadas com o fim de preservar a paz internacional. No entanto, a história mostrou que apesar dessa instituição, alguns Estados poderiam insistir em resolver seus litígios por meio do recurso à guerra, o que criou a necessidade de uma resposta mais efetiva do que apenas a possibilidade de intervenção armada no país responsável pelo conflito armado, tendo em vista que até então uma guerra de agressão era considerada um ato de Estado, sem acarretar necessariamente numa responsabilização individual.

A primeira tentativa de qualificar uma guerra de agressão como crime internacional ocorreu com os Julgamentos de Nuremberg, que consideraram a agressão como o crime internacional supremo, que inclui em si a perversidade de todos os demais crimes de guerra⁴⁸. No entanto, não foram examinados requisitos jurídicos à configuração do tipo penal, de modo que não houve condenações por essa conduta na medida em que o foco do Tribunal foi atribuir a responsabilidade individualmente aos oficiais nazistas pelas suas atuações no percurso da Segunda

⁴⁸ MONACO, Bianca del. **O Tribunal Penal Internacional ativa sua jurisdição aos crimes de agressão**. Disponível em: <https://jornal.ceiri.com.br/o-tribunal-penal-internacional-ativa-sua-jurisdicao-aos-crimes-de-agressao/>. Acesso em: 10 de outubro de 2018.

Guerra Mundial, especialmente pelas suas práticas eugênicas nos campos de concentração que assolaram diversos grupos humanos com a memória do holocausto. A mesma urgência em punir crimes específicos foi percebida nos tribunais ad hoc da Iugoslávia, Ruanda, Serra Leoa e Camboja, no qual a recorrência do genocídio impediu maiores debates para definir o crime de agressão.

Nessa toada, o momento propício a essa discussão ocorreu durante a Conferência Diplomática de Roma em 1998, responsável pela elaboração do Estatuto de Roma, quando a previsão do crime de agressão voltou a ser considerada, mas foi aprovada com restrições. Assim, com a entrada em vigor do Estatuto em 2002, foi acordado que a jurisdição sobre o crime de agressão ficaria suspensa até haver consenso em sua definição e nas condições de seu exercício, fato esse que se concretizou na Conferência de Revisão do Estatuto de Roma realizada em Kampala, Uganda, no ano de 2010, mas que só se tornaria plenamente eficaz com a ratificação de ao menos 30 Estados, situação verificada no dia 26 de junho de 2016 com a assinatura da Palestina.

Nesse momento, acordou-se pela definição de crimes de agressão como sendo o “uso da força armada por parte de um Estado contra a soberania, integridade territorial ou independência política de outro Estado”⁴⁹. Além do mais, consoante o que ficou conhecido por Emendas de Kampala, são considerados atos de agressão: “A invasão ou ataque por parte das forças armadas de um Estado contra o território de outro; ocupações militares, ainda que temporárias; qualquer anexação territorial feita por meio do uso da força; o bombardeio pelas forças armadas de um Estado contra o território de outro Estado ou o uso de quaisquer armas por um Estado contra o território de outro; o bloqueio dos portos ou do litoral de um Estado pelas forças armadas de outro; e o envio, por um Estado, de grupos irregulares ou mercenários armados ao território de outro país com a finalidade de realizar atos militares sérios”⁵⁰.

⁴⁹ UNITED NATIONS. **Amendments to the Rome Statute of the International Criminal Court on the Crime of Aggression**. Kampala, 11 June, 2010.

⁵⁰ BIAZATTI, Bruno de Oliveira. **Palestina é o 30º Estado a ratificar as Emendas de Kampala ao Estatuto de Roma do TPI**. Disponível em: <http://centrodireitointernacional.com.br/palestina-e-o-30o-estado-a-ratificar-as-emendas-de-kampala-ao-estatuto-de-roma-do-tpi/>. Acesso em: 10 de outubro de 2018.

Em conformidade ao estipulado nas Emendas de Kampala, a competência do Tribunal Penal Internacional para processar e julgar o crime de agressão se iniciou a partir do dia 1º de janeiro de 2017. Trata-se de um avanço significativo para a promoção de maior estabilidade e segurança na comunidade internacional, já que desencoraja a confecção de novos conflitos armados, porém é mister reconhecer suas limitações, posto que a linguagem adotada não é precisa e estrita o suficiente para preencher todos os casos visados, de modo que é perfeitamente possível se pensar em condutas criminosas (no sentido material pretendido) que escapem ao aspecto formal que deve ser necessariamente observado pelo princípio da legalidade.

Além disso, pelos termos propostos em Kampala, somente podem ser abertas investigações de crimes de agressão contra os cidadãos dos países que ratificaram as emendas (ou seja, é imprescindível o consentimento do Estado cujo nacional é acusado de agressão) ou em caso de autorização expressa pelo Conselho de Segurança (em razão de suas decisões serem normas impositivas inclusive para Estados não vinculados ao TPI). Já a abertura de um procedimento investigativo por outros membros do Tribunal Penal Internacional ou pela própria Procuradoria da Corte é muito mais limitada, visto que, para proceder com a investigação, o procurador deve verificar se o Conselho de Segurança encontrou indícios do crime, sendo que, em caso negativo, o procurador deve notificar o Conselho e lhe remeter os documentos e informações para que ofereça sua resposta em até seis meses, momento em que, se o Conselho de Segurança não decidir de outra forma, o procurador dará inícios às investigações se houver autorização da Câmara de Pré-Julgamento do TPI⁵¹.

Não obstante, também é perceptível que a jurisdição do Tribunal não seria aplicável ao julgamento de casos pretéritos ao da estipulação de sua competência material. Desse modo, a invasão do Iraque de 2003 jamais poderia ser julgada em qualquer tribunal internacional como crime de agressão, apesar de nitidamente se enquadrar nas hipóteses previstas no tipo penal definido pelas Emendas de Kampala, pela ausência de sua previsão legal anterior ao fato que o tipificasse como

⁵¹ UNITED NATIONS. **Amendments to the Rome Statute of the International Criminal Court on the Crime of Aggression**. Kampala, 11 June, 2010, article 15 *bis* (6-8).

crime, fato essencial para se preservar o alicerce jurídico de um direito penal material garantista. Trata-se da exigência dos princípios reitores do “*nullum crimen sine lege*” e “*nulla poena sine lege*”, as quais não podem ser desrespeitadas como o foram no passado, como os questionáveis, mesmo quando bem intencionados, julgamentos proferidos pelos Tribunais penais *ad hocs*.

4.2 CRIMES DE GUERRA

Os conflitos bélicos mais recentes podem ser compreendidos sob os quatro aspectos da “guerra global” apresentados por Danilo Zolo⁵². Para o autor, esses eventos possuem um sentido geopolítico, sistêmico, normativo e ideológico próprios. No sentido geopolítico, percebe-se que as guerras são direcionadas à garantia de livre acesso a fontes energéticas e à promoção do desenvolvimento econômico e industrial, buscando um controle hegemônico sem interferir nas dimensões territoriais. No plano sistêmico, os países hegemônicos se valem de sua superioridade militar (armas nucleares, programas de inteligência, controle informático) para impedir que os demais Estados obtenham acesso aos mesmos recursos. Quanto ao aspecto normativo, observa-se que as guerras ocorrem em desrespeito às regras e organismos internacionais como forma de manter os privilégios das potências. Já o caráter ideológico é concebido pelos ideais de difusão de valores supostamente universais e da cultura dos vencedores aos demais povos. Tais características são facilmente observáveis na invasão ao Iraque, e suas consequências serão discutidas a seguir.

Um dos símbolos mais emblemáticos de violações ao regime internacional de direitos humanos e do direito humanitário é a base militar de Guantánamo, uma das respostas dos Estados Unidos aos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, diretamente relacionada à doutrina Bush da “Guerra ao Terror”, e que se tornou o local por excelência de detenção de suspeitos de terrorismo. Apesar de

⁵² ZOLO, Danilo. **Globalização**: Um mapa dos problemas. Tradução Anderson Vichinkeski Teixeira. Florianópolis: Conceito Editorial, 2010, pp. 94-98.

diversas denúncias de organismos de direitos humanos, do repúdio de chefes de Estado e pressões institucionais domésticas como da Suprema Corte, se mantém ativa até os dias de hoje⁵³, representando a existência de toda uma rede secreta transcontinental de desaparecimentos, prisões forçadas, detenções indefinidas, maus-tratos e torturas sistemáticas de prisioneiros.

Desde a aprovação do Patriot Act em outubro de 2001, uma série de ordens executivas assinadas pelo presidente Bush foram emitidas para suspender as restrições governamentais sobre os direitos civis: autorização do monitoramento de chamadas telefônicas e correios eletrônicos sem autorização judicial, possibilidade de processamento e julgamento sem garantias elementares de defesa, permissão da utilização de provas obtidas por meios coercitivos, julgamentos dos suspeitos de terrorismo realizados por comissões militares em vez de tribunais independentes, proibiu-se a interposição de recursos dos detentos para os tribunais estadunidenses, deixou-se de considerar detentos como prisioneiros de guerra para permitir o uso discricionário de técnicas de interrogatório “contra terroristas”⁵⁴, criou-se a tese de que era possível causar variados graus de dor antes de se atingir o “nível” da tortura, tomaram-se iniciativas de descriminalização dos agentes de inteligência e se manteve tais práticas repressivas em países aliados⁵⁵, propiciando o controle de regiões estratégicas e garantindo a expansão de bases militares pelo mundo.

A partir do momento em que investigações jornalísticas passaram a revelar e detalhar a malha global de violações a direitos fundamentais realizada em nome da segurança interna dos EUA, instaurou-se, por um lado, uma crescente pressão pelo fechamento de Guantánamo, e por outro, um progressivo temor dos agentes de inteligência de serem processados por crimes de guerra. Como consequência, foi

⁵³ Contando, inclusive, com uma possibilidade de “modernização” conforme se discute as dotações orçamentárias do Pentágono no combate ao Estado Islâmico para o ano de 2019. Ver: MUÑOZ, Carlo. Democrats, Republicans prepare budget battle plans for future of Gitmo. **The Washington Times**. Washington, 06 maio 2018.

⁵⁴ Passou-se a promover humilhações discriminatórias de caráter religioso e sexual, privação sensorial, utilização de cães para indução de estresse, isolamentos prolongados, simulação de afogamento, dentre vários outros. Ver: AMNESTY INTERNATIONAL. **Renunciar a las comisiones militares, cerrar Guantánamo**. 2007. Disponível em: <http://www.amnesty.org/library/print/ESLAMR511182007>. Acesso em: out. 2018.

⁵⁵ Nos países aliados se praticavam torturas, sequestros, detenções ilegais em prisões clandestinas e transferências de prisioneiros em voos secretos, sendo tais atividades controladas pela CIA. Em: GREY, S. Comment les États-Unis inventent la délocalization de la torture. **Le Monde Diplomatique**, avril 2005.

sancionada a Lei de Comissões Militares para sistematizar as regras de persecução e julgamento de suspeitos de terrorismo, mas na prática, ofereceu uma robusta cobertura legal para a manutenção dos “métodos alternativos” de interrogatório ao não descriminalizar as técnicas mais abusivas, ao estabelecer um entendimento bem restrito sobre a configuração dos tratamentos cruéis, ao deixar a interpretação dessas questões como tarefa administrativa e ao não reconhecer o direito dos detentos sob custódia estadunidense de recorrer a um tribunal para este julgar sobre a legalidade de sua prisão e tratamento⁵⁶. Em outras palavras, apenas foi assegurada a impunidade e o segredo de toda a situação já conhecida para permitir a sua continuidade, apesar do fracasso dessas medidas em encontrar terroristas⁵⁷.

Nesse sentido, o que se denota da política americana é a veemente negação de seus crimes de guerra aliada a eventuais justificativas genéricas de defesa e necessidade quando algum caso escapa à mídia. Acobertadas por tantas distorções políticas do jurídico, por diversas vezes, permitiu-se que apesar de as Forças Armadas dos Estados Unidos serem acusadas pelo Human Right Watch de demolir casas e prender parentes de supostos insurgentes iraquianos (indicando punição coletiva), de realizar inspeções e operações de busca contra civis durante o repouso noturno, de sequestrar civis relacionados a guerrilheiros (equivalente a tomada de reféns), assim como de cercar um vila e distribuir passes para controlar o tráfego das pessoas, ações consideradas crimes de guerra⁵⁸, que nenhuma investigação formalmente realizada fosse suficientemente apta à punição dos infratores.

⁵⁶ GÓMEZ, José María. Soberania imperial, espaços de exceção e o campo de Guantánamo: desterritorialização e confinamento na “Guerra contra o Terror”. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p.267-308, ago. 2008. FapUNIFESP (SciELO), p. 275-277.

⁵⁷ Os estudos da Seton Hall University School of Law demonstraram o perfil dos detentos com base nos dados fornecidos pelo Pentágono, concluindo que somente 8% dos prisioneiros de Guantánamo foram classificados como combatentes da Al Qaeda, sendo que 55% não cometeram ato hostil algum contra as forças dos EUA e aliadas. Ainda, apenas 5% foram capturados pelas tropas aliadas, já que 86% foram detidos pelo Paquistão e pela Aliança do Norte e entregue aos EUA em troca de grandes recompensas. Em: DENBEAUX, Mark; DENBEAUX, Joshua. **Report on Guantánamo detainees**. New Jersey: Seton Hall University School of Law, 2006. Disponível em: <http://law.shu.edu/news/guantanamo_third_report_7_11_06.pdf>. Acesso em: out. 2018.

⁵⁸ Human Rights acusa EUA de crimes de guerra no Iraque. **Tribuna da Imprensa**. 14 de janeiro de 2004. Disponível em: <<http://www.consciencia.net/2004/mes/01/hrw-eua.html>>. Acesso em: 10 out. 2018.

Em relatório da Human Rights Watch realizado após investigações em dez cidades no Iraque entre 29 de abril e 1º de junho de 2003⁵⁹, descobriu-se que foram utilizadas cerca de 13.000 bombas de fragmentação⁶⁰ apenas durante esse período no Iraque, muitas vezes em áreas densamente povoadas. Esse tipo de munição é reconhecido desde a Guerra do Vietnã (1955-1975) por frequentemente não explodir com o primeiro impacto, podendo permanecer no solo por anos, de modo que as mortes de civis que geraram, principalmente de crianças, foram previsíveis e deliberadas. Também foram constatados ataques contra o sistema de fornecimento de água e eletricidade, além de ataques contra jornalistas e o bombardeamento de locais de transmissão da Al-Jazeera, ou seja, foram alvejadas constantemente infraestruturas não militares.

Bastante intrigante também foi o depurado pelo Tribunal Mundial sobre o Iraque (TMI)⁶¹ em suas sessões de 2005. Seus debates não se centraram na discussão da legalidade da Guerra do Iraque, partiram, na realidade, da indignação de cidadãos de diversas nacionalidades para apurar as evidências e testemunhos das ações militares realizadas em território iraquiano. Dentre suas conclusões⁶², verificou-se que o objetivo da guerra foi controlar o Oriente Médio e suas reservas de petróleo, que as mentiras sobre a presença de armas de destruição em massa e vínculos com o Al-Qaeda foram construídas para obter apoio público à invasão, que as sanções econômicas, as áreas de proibição de voos e os bombardeios impostos ao Iraque com a Guerra do Golfo buscavam reduzir os recursos humanos e materiais para facilitar uma posterior conquista e que a ocupação do Iraque

⁵⁹ BANCROFT-HINCHEY, Timothy. Expostos: Crimes de Guerra dos EUA no Iraque. **Pravda.ru**. [s.i.], 12 dez. 2003. Disponível em: <<http://port.pravda.ru/news/mundo/12-12-2003/3808-0/>>. Acesso em: 10 out. 2018.

⁶⁰ As bombas de fragmentação possuem centenas de projéteis menores que são ativadas por pressão, gerando uma explosão que espalham os projéteis sobre uma grande área. Apesar de ter sido proibida apenas em 2008 e somente perante os países signatários da Convenção sobre Munições de Dispersão, as Convenções de Genebra já condenavam o uso de armas que atinjam indiscriminadamente combatentes e não-combatentes desde 1949.

⁶¹ Trata-se de uma conferência formada por diversas Organizações Não-Governamentais (ONGs) e especialistas em Direito Internacional, historiadores, jornalistas e intelectuais, que, com base no modelo do Tribunal Russell, responsável por denunciar a Guerra do Vietnã, se reuniram em diversas localidades, como em Lisboa e Istambul, para discutir as políticas externas dos EUA e as consequências da intervenção armada no Iraque.

⁶² ERZAN, Ayse. GUERRA, TERRORISMO AMBIENTAL Y LA NECESIDAD DE SOLIDARIDAD CON IRAK. Trad. de Diógenes Carvajal. **Nómadas (col)**, Bogotá, n. 24, p.215-221, abr. 2006, p. 216-217. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/1051/105116598018/>>. ISSN 0121-7550. Acesso em: 10 out. 2018.

provocou uma verdadeira destruição do Estado e da sociedade iraquiana com a profanação ambiental, cultural e arqueológica que gerou.

Um dos questionamentos centrais, embora pouco abordado como sendo consequência direta da guerra, é a devastação ambiental e cultural. Em artigo apresentado por Ayse Erzan⁶³, esses pontos são abordados a partir de um ponto de vista científico que merece destaque. Nesse estudo se apontou o uso de recursos próprios de conflitos químicos e biológicos para a eliminação de hospitais e de instalações de tratamento de esgoto e de purificação de água; constatou-se uma devastação ambiental causada pelo uso de bombas de fragmentação, fósforo branco⁶⁴ e de urânio empobrecido⁶⁵; demonstrou-se que partículas de poeira contaminadas com este último contaminaram o solo ao redor dos campos de batalha; verificou-se uma grave contaminação do ar provocada pelos incêndios dos poços petrolíferos, com toxinas e cancerígenos espalhados pelas correntes de ar; denunciou-se o desmatamento de grandes áreas de palmeiras realizado por escavadeiras estadunidenses; divulgou-se a contaminação da água a partir do bombardeio de tanques e estruturas de armazenamento subterrâneo, expondo a água potável a superfícies de terra contaminadas, inclusive a redes de esgoto, aumentando a proliferação de doenças relacionadas ao saneamento básico inadequado; explicou-se como a radiação do urânio e plutônio utilizados nas munições contamina os ambientes próximos e como a poeira contaminada pode ser facilmente inalada; e se expôs as detenções e execuções arbitrárias de milhares de cientistas iraquianos⁶⁶.

Outro fenômeno bastante preocupante na temática dos crimes de guerra é a utilização do estupro como arma de guerra. Entende-se o estupro como uma prática que conjuga controle e domínio em sua significação, distinguindo indivíduos em

⁶³ *Id. Ibid.*

⁶⁴ O fósforo branco é um agente químico inflamável em contato com o ar, além de ser um agente sufocante que inibe a passagem de oxigênio nos pulmões. No entanto, ainda não é considerado arma química.

⁶⁵ O urânio empobrecido é um subproduto do processo de enriquecimento do urânio que, apesar de ser menos radioativo que o urânio natural e menos tóxico que outros metais pesados, foi considerado potencialmente leucogênico, mutagênico e neurotóxico.

⁶⁶ *Ibidem*, p. 217-218.

posições hierárquicas distintas, geralmente demarcadas pelo gênero⁶⁷. Nesse sentido, cabe referir que:

“A subjugação do corpo e da vontade das mulheres através da violação sexual converte-se na aniquilação de sua subjetividade, numa demonstração de dominação não apenas física, mas também moral, desconstruindo a própria noção de alteridade, uma vez que ela deixa de existir como um ser autônomo, como um sujeito, por estar completamente submetida como uma parte do projeto de quem a domina.”⁶⁸

Carmen Rial⁶⁹ reflete sobre a temática e o silêncio da mídia a respeito dela percebendo que se trata de uma prática corriqueira e que, mesmo quando os abusos sexuais são detalhadamente descritos em relatórios da Cruz Vermelha e da Human Rights Watch, tais narrativas não são apresentadas ao público⁷⁰, prejudicando profundamente a realização de pressões sociais pela averiguação desses fatos.

Carmen Rial verificou que diversas fotos de estupro realizados pelas tropas da coalizão no Iraque passaram a circular entre os soldados ocidentais e foram divulgadas em sites pornográficos da Hungria e dos Estados Unidos, circunstância essa que foi conhecida e abominada inclusive pelas autoridades estadunidenses, já que muitas dessas imagens foram apreendidas e destruídas numa inspeção da bagagem de soldados que retornavam aos EUA em 2004⁷¹.

O mais significativo dessas constatações, no entanto, são as conclusões da autora tomadas com base em fotos não publicadas, mas acessíveis no link <http://www.cfh.ufsc.br/~navi/iraque.swf>, que demonstram o estupro de duas mulheres iraquianas cometidos por um grupo de soldados, entre eles membros da Inteligência norte-americana e mercenários a serviço dos EUA. A primeira de suas

⁶⁷ SEGATO, Rita. Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.13, n.2, p.256, maio-agosto, 2005.

⁶⁸ PASSOS, Kennya Regyna Mesquita; LOSURDO, Federico. ESTUPRO DE GUERRA: O SENTIDO DA VIOLAÇÃO DOS CORPOS PARA O DIREITO PENAL INTERNACIONAL. **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito**, Maranhão, v. 3, n. 2, p.153-169, jul./dez. 2017. E-ISSN: 2525-9849. p. 156.

⁶⁹ RIAL, Carmen. Guerra de imagens e imagens da guerra: estupro e sacrifício na Guerra do Iraque. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p.131-151, Janeiro-abril, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v15n1/a09v15n1>>. Acesso em: 02 out. 2018.

⁷⁰ Ibidem, p. 136-138.

⁷¹ Ibidem, p. 139.

observações foi a serenidade emocional dos violadores, comparável à realização de uma “tarefa burocrática”⁷², contrastando com a suposição de que essa prática seria realizada apenas por soldados em abstinência sexual ou após o consumo de substâncias entorpecentes, haja vista que o comportamento do grupo indicava uma indiferença em relação ao sofrimento das mulheres.

Em seguida, a pesquisadora deduziu que a escolha das vítimas do estupro não era realizada ao acaso⁷³, mas que as imagens do uniforme militar dos agressores com o chador e as vestimentas pretas das mulheres eram simbólicas para a localização espacial do estupro e para a demonstração de um ato de guerra contra um país árabe – confundindo religião com etnia⁷⁴. A autora explicita que, como nos países árabes prevalecem valores patriarcais, a possibilidade de sacrifício das mulheres por seus familiares fornece mais uma medida de segurança aos algozes, de modo que o estupro se converte numa verdadeira arma de guerra. Sobre isso:

“A violação dos corpos das mulheres pertencentes a determinadas localidades equivale à manifestação da soberania sobre o respectivo território, numa estratégia de aniquilamento da identidade dos indivíduos, desestabilização social e por vezes de genocídio, na qual a prática sexual é o ato que invade, mas que também domestica, colonializa e insemna, promovendo uma “limpeza étnica” ao obrigar as mulheres a gerarem filhos do invasor (...)”⁷⁵

Nesse sentido, a explícita demonstração da vestimenta atribuída à cultura árabe acresce um valor simbólico ao bem comercializado no mercado cibernético (venda das fotos a sites pornográficos), atribuindo às imagens um caráter mais específico, e, dada a sua raridade, converte-se num bem simbólico com valor

⁷² Ibidem, p. 140.

⁷³ Entenda-se no sentido de que as vítimas costumam apresentar uma vestimenta semelhante, supostamente referente à identidade muçulmana, apesar de o Iraque ter sido um Estado laico no governo de Saddam Hussein. Ibidem, p. 140-141.

⁷⁴ ESPINOLA, Claudia Voigt “O véu debaixo da linha do Equador: as mulheres da comunidade islâmica de Florianópolis”. In: RIAL, Carmen; TONELI, Juracy (Orgs.). **Genealogias do silêncio**. Florianópolis: Editora Mulheres, p. 131-152, 2004.

⁷⁵ PASSOS, Kennya Regyna Mesquita; LOSURDO, Federico. Obra citada, p.157.

econômico próprio⁷⁶. Cabe ressaltar também que, no caso retratado, essa realidade adquire contornos ainda mais graves ao promover uma renovação perpétua da violência sexual sofrida pelas mulheres com a multiplicação dos ganhos daqueles que comercializam tais imagens a cada novo acesso às fotos, evocando “no espírito dos espectadores o eco da potência criada no ato original”⁷⁷.

Percebe-se, assim, que o estupro das mulheres no Iraque também constituiu uma arma de guerra, embora em proporções distintas da reportada no projeto de limpeza étnica realizada nos Balcãs, já que na Guerra do Iraque o estupro também se apresentou como uma estratégia militar consciente e determinada de destruir a identidade e a honra das populações inimigas, o que é qualificado desde as Convenções de Genebra de 1949 como violação a costumes de guerra e pode ser classificado como forma de genocídio a partir do Tribunal ad hoc de Ruanda e como crime contra a humanidade e crime de guerra desde o Tribunal ad hoc para a ex-Iugoslávia⁷⁸.

Logo, o estupro é um crime internacional que pode se manifestar como forma de genocídio, crime contra humanidade e crime de guerra. Mark Ellis⁷⁹ os distingue com base no contexto em que ocorrem, explicando que o estupro é considerado genocida quando a violência sexual for sistemática e consistir no intento de destruir determinado grupo social, geralmente mediante limpeza étnica pela gravidez forçada (em sociedades patriarcais) ou pelo impedimento de nascimentos por meio da esterilização forçada, separação entre homens e mulheres ou a prática de mutilação genital, por exemplo; considera-se o estupro como crime contra humanidade quando praticado de forma sistemática ou generalizada contra qualquer população civil, estendendo-se aos atos de prostituição e escravidão sexual, e

⁷⁶ Entende-se os bens simbólicos no sentido atribuído por Pierre Bourdieu em: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

⁷⁷ RIAL, Carmen. Obra citada, p. 142.

⁷⁸ Registre-se que o Tribunal para a ex-Iugoslávia foi responsável por estender a definição de estupro compreendido até então pelos anteriores tribunais criminais internacionais ad hoc como um ato de coerção ou força, ou de ameaça de força contra a vítima, para abarcar qualquer ato sexual não consensual, retirando a necessidade de prova do elemento coerção para a configuração do crime, o que até o momento demandava a demonstração de alguma resistência por parte da vítima. Também foi relevante por reconhecer que a coerção poderia ser dirigida à própria vítima ou a um terceiro. Em: ELLIS, Mark, *Breaking the Silence: Rape as an International Crime*. **Case Western Reserve Journal of International Law**, v. 38, n. 2, p. 225-248, 2007. Disponível em: <http://scholarlycommons.law.case.edu/jil/vol38/iss2/3>.

⁷⁹ Ibid. p. 231-239.

declarando expressamente no Estatuto de Roma sua tipicidade pela perseguição em razão do gênero; e se entende como crime de guerra se o estupro é praticado durante um conflito armado, quando parte integrante de um plano ou política, cuja prova é mais fácil de ser obtida se comparada à configuração como crime contra a humanidade. Apesar dessas diferenças contextuais, a definição legal do crime é essencialmente a mesma, admitindo seu reconhecimento pela comprovação a partir da ausência do consentimento válido na prática sexual ou em atos análogos.

Por fim, deve-se apontar a maneira pela qual as Companhias Militares Privadas reproduzem os crimes de guerra. Entende-se por essa terminologia, as empresas privadas que oferecem serviços especializados relacionados a conflitos armados, incluindo operações de combate, planejamento estratégico, treinamento militar e suporte logístico e operacional⁸⁰. Trata-se, aqui, da demonstração do interesse da indústria bélica na ocorrência de lutas armadas ao redor do globo e da estreita conexão entre suas atividades e determinados interesses estatais, especialmente em relação a proveitos econômicos de determinados setores da indústria e de serviços.

A Guerra do Iraque representou nitidamente o atual “modo ocidental de fazer a guerra”⁸¹, ao demonstrar a estratégia das grandes potências para gerenciar os riscos políticos (aferição da legitimidade) e humanos (vida de combatentes e civis) com a opinião pública através da transferência da responsabilidade de suas ações para organizações civis de prestação de serviços.

Verifica-se o grande impacto das companhias militares privadas no Iraque pelas suas funções de auxílio militar e pela segurança privada de funcionários públicos e atividades privadas dos governos estrangeiros no suporte aos contratos milionários para a reconstrução do país no pós-guerra. O crescimento dessas

⁸⁰ SCHREIER, F.; CAPARINI, M. Privatizing Security: Law, Practice and Governance of Private Military and Security Companies. **Centre for the Democratic Control of Armed Forces**. Occasional Paper, n.6, 2005.

⁸¹ SHAW, M. **The New Western Way of War**. Cambridge (UK): Polity Press, 2005.

empresas também se estendeu às atividades de espionagem, inteligência, informação e monitoramento, funções tradicionalmente reservadas aos Estados⁸².

As companhias militares privadas podem ser classificadas em diversas categorias, mas é muito difícil distingui-las num contexto de conflito armado pelo fato de que serviços de consultoria, provisão e de apoio militar, por exemplo, podem ser realizados pela mesma empresa a depender da situação em que se encontrem. Digno de nota desse fato é a atuação da empresa Blackwater⁸³, que apesar de ser contratada para a segurança privada de instalações, comboios e pessoas, envolveu-se diversas vezes em combate contra insurgentes iraquianos.

A atuação dessas empresas foi muito expressiva no Iraque, de modo que cobertura aos seus excessos foi um dos retornos de seus contratantes. A companhia L-3 Communications, por exemplo, uma das maiores fabricantes de drones⁸⁴ destinados aos EUA, é controladora da Titan Corp, empresa prestadora de serviços de tradução que, ao lado da empresa CACI International⁸⁵, possui vários funcionários acusados da prática de tortura na prisão de Abu Ghraib. Outra subsidiária do grupo L-3, a GSI, instalou diversos grampos telefônicos, monitorou e-mails e até infiltrou agentes em diversos locais do Iraque⁸⁶. A empresa MacB, subsidiária da Lockheed Martin, conta com uma imensa rede de contatos, inclusive de antigos apoiadores de Saddam Hussein e de facções insurgentes, para oferecer

⁸² Conforme estimativas oficiais, aproximadamente 60% dos funcionários da CIA são terceirizados, e em beira a 90% a porcentagem dos contratos de Inteligência confidenciais. Ver: SHORROCK, T. **The Corporate Takeover of U.S. Intelligence**. Salon, n.1 June, 2007.

⁸³ SCAHILL, J. **Blackwater**: a ascensão do exército mercenário mais poderoso o mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

⁸⁴ Drones são veículos aéreos não tripulados, utilizados para bombardeios cirúrgicos, vigilância e levantamento de dados. Trata-se de um recurso essencial para as missões de monitoramento e bombardeio em áreas de difícil acesso. Além disso, A L-3 possui subsidiárias responsáveis pela manutenção, fornecimento de equipamento, pilotagem e até sistematização das informações obtidas. Tem-se notícia de que diversas operações são realizadas exclusivamente por empresas terceirizadas. Ver: United States. Congressional Budget Office. **Contractors' Support of U.S. Operations in Iraq**. CBO Paper, 3053, August 2008, p. 22. Disponível em: <http://www.cbo.gov/sites/default/files/08-12-iraqcontractors.pdf>. Acesso em: 12 out. 2018.

⁸⁵ TONKIN, H. **State Control over Private Military and Security Companies in Armed Conflict**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 24.

⁸⁶ NASSER, Reginaldo Mattar; PAOLIELLO, Tomaz Oliveira. Uma nova forma de se fazer a guerra? Atuação das Empresas Militares de Segurança Privada contra o terrorismo no Iraque. **Revista de sociologia e política** v. 23, n.53, mar. 2005, p. 27-46, p. 35.

serviços de análise documental e apoio a operações de contra insurgência e contraterrorismo⁸⁷.

Todo esse movimento de privatização das operações militares cria uma situação de dependência tão profunda que as agências estatais podem se tornar reféns dos objetivos estratégicos estabelecidos pelas empresas privadas, já que são estas quem filtra as informações para eventual deliberação daquelas. O próprio Pentágono tem recorrido mais à inteligência dessas companhias do que dos conhecimentos governamentais para o planejamento de operações militares, desvinculando-se até da CIA⁸⁸. Também se deve ter em conta a tendência para o prolongamento dos conflitos, pois essa é a fonte de lucros dos atores privados⁸⁹.

Dessa forma, não surpreende que as empresas militares tivessem participação crucial na perpetração da violência no Iraque. Os episódios de tortura e assassinatos de prisioneiros foram apenas mais uma das tarefas realizadas com a equipe de funcionários estatais das forças da coalizão, favorecendo inclusive o compartilhamento de técnicas de interrogatório e tortura. Um dos casos de maior repercussão foi o homicídio de um prisioneiro em Abu Ghraib realizado pela ação conjunta do agente da CIA Steve Stormoen com um contratado privado que sequer era mencionado na maioria das notícias sobre o caso. Esse contratado, porém, não foi indiciado por ter recebido uma imunidade qualificada ao agir em nome do governo federal norte-americano (o qual desconsidera delitos praticados em face de “importantes interesses federais”)⁹⁰, ao passo que Stormoen se afastou da agência e ingressou na empresa SpecTal⁹¹, não tendo sido acusado por crimes de guerra.

⁸⁷ PINCUS, W. **Contractors in Iraq Have Become U.S. Crutch**. Washington Post, 20 Aug, 2007.

Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2007/08/19/AR2007081901314.html>. Acesso em: 12 out. 2018.

⁸⁸ MAZZETTI, M. Former Spy With Agenda Operates a Private C.I.A. **The New York Times**, 22 nov. 2011.

⁸⁹ NETO, Guilherme. **Empresas Militares Privadas na Guerra do Iraque**: Virtudes e Defeitos no Desempenho Operacional. Diss. Academia Militar. Direção de Ensino, 2010, p. 49.

⁹⁰ JOHNSON, K. Shields of War: Defining Military Contractors' Liability for Torture. **American University Law Review**, n.61, v.5, pp. 1417–1431, 2012, p. 1426. Disponível em: <http://digitalcommons.wcl.american.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1656&context=aulr>.

⁹¹ CIA officer may face war crime charges for unofficial interrogations at Abu Ghraib. **Daily Mail**, 13 July 2011. Disponível em: <http://www.dailymail.co.uk/news/article-2014319/CIA-officer-face-war-crime-charges-unofficial-interrogations-Abu-Ghraib.html#ixzz37ZoXKf2S/>. Acesso em: 12 out 2018.

O caso apresentado demonstra o artifício cada vez mais comum que funcionários do governo afastados utilizam para serem contratados como terceirizados, contando então com uma imunidade ainda mais abrangente na medida em que não se sujeitam ao escrutínio público.

Como se percebe, ainda que contratantes privados estejam comprovadamente envolvidos na prática de crimes de guerra, estes não costumam ser sequer processados. Isso se deve também à existência de um vácuo jurídico em relação à atuação das empresas militares privadas e daqueles que nelas trabalham, desde o enquadramento dos agentes como combatentes ou não-combatentes até a avaliação do Estado competente pelo julgamento de eventuais infratores, já que os contratados provêm de diversas localidades do globo. As tentativas de autorregulação desse mercado foram poucas frutíferas pelo simples fato de que poucas empresas possuem real compromisso em seguir códigos de conduta, e os acordos internacionais não avançaram ao pretender obriga-las a seguir as convenções de direitos humanos e as leis da guerra, até pelo fato de não terem previstos sanções senão pelas normas estatais. Ademais, o arranjo entre Estados e empresas em 2010 pelo International Code of Conduct for Private Security Service Providers (ICOC) não é capaz de controlar as atividades empresariais e individuais, mas tão somente emite relatórios com denúncias e recomendações.

5 TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL

Apresentados os principais crimes de guerra realizados no Iraque pelas forças da coalizão internacional, necessária é a apresentação das principais cortes de jurisdição internacional para averiguar as possibilidades de julgamento das referidas ações criminosas.

Ressalta-se que desde os conflitos mundiais do século XX, com a verificação das catástrofes humanitárias realizadas em nome dos mais diversos objetivos, a comunidade internacional tem buscado mecanismos de condenação dos responsáveis por tais atrocidades. No entanto, o que se verificou com os julgamentos proferidos pelos tribunais de exceção foi a responsabilização pelos atos de guerra unicamente de Estados e indivíduos vencidos nos confrontos armados, como se percebe das imposições estabelecidas no Tratado de Versalhes⁹², além do fato de que os tribunais tipificavam como crimes ações realizadas anteriormente às suas criações. Em outras palavras, evidencia-se o alto grau de politicidade dos referidos Tribunais pelo fato de os “vencedores” julgarem e sancionarem os “vencidos”⁹³ numa via de mão única, já que não houveram julgamentos dos “vencedores” pela realização das mesmas condutas típicas⁹⁴.

Apesar da criação da Organização das Nações Unidas e da Corte Internacional de Justiça, esse sistema de justiça parcial ainda se manteve, como se depreende da análise da própria estrutura orgânica da ONU ao instituir o Conselho de Segurança como principal responsável pela manutenção da paz e segurança internacionais, apresentando como membros permanentes os países vencedores da Segunda Guerra Mundial, os únicos que possuem poder de veto. Evidente, portanto, que essa organização internacional visava manter a hegemonia de tais Estados na medida em que permite que não sejam tomadas quaisquer decisões contrárias aos

⁹² ZOLO, Danilo. **La Justicia de los Vencedores**. Trad. Elena Bossi. Buenos Aires, Edhasa, 2007, p.93.

⁹³ PIOVESAN, Flavia. **Direitos Humanos e Justiça Internacional**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 74.

⁹⁴ Essa característica foi muito evidente nas atuações dos Tribunais de Nuremberg e de Tóquio, destinadas a condenar alemães e japoneses, respectivamente.

seus interesses e que permaneçam sem possibilidade de serem sancionados⁹⁵. Também é relevante o fato de o Conselho de Segurança ser o único órgão da ONU com poder de mando, isto é, cujas decisões possuem caráter obrigatório.

“O certo é que o Conselho de Segurança ainda não se renovou institucionalmente, continua apegado a uma estrutura de poder anacrônica e a um processo decisório autocrático e visto pela imensa maioria dos países do mundo como oligárquico e injusto”⁹⁶.

Foi apenas em 1998, com a adoção do Estatuto de Roma, e apesar da veemente oposição dos Estados Unidos, que se criou o Tribunal Penal Internacional (TPI), um tribunal imparcial, permanente e preocupado em respeitar os princípios da legalidade e da anterioridade penal. O Estatuto passou a vigor a partir de 2002, sendo competente para julgar indivíduos pelos crimes de genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e crimes de agressão, todos estes crimes imprescritíveis, e tendo como uma de suas principais características o caráter de complementariedade em relação aos Poderes Judiciários nacionais e da impossibilidade de realizar um julgamento sem a presença do acusado. A jurisdição do TPI é limitada aos crimes cometidos por indivíduos pertencentes a um de seus países signatários ou no interior dos mesmos, mas pode estender sua jurisdição a Estados não signatários mediante expressa autorização ou por denúncia do Conselho de Segurança.

Apesar desses avanços jurídicos, o Tribunal Penal Internacional ainda promove medidas desiguais:

“(...) Enquanto as potências hegemônicas não aceitam sua jurisdição, mantendo sob o manto da impunidade suas ações e dirigentes, essas participam, por meio do Conselho de Segurança, de denúncias e investigações nos países que lhe aprouverem. São países que detêm a

⁹⁵ MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. 5ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011, p. 624.

⁹⁶ TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. **Direito das Organizações Internacionais**. 3 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2003, p. 699.

força de determinar investigações e até mesmo intervenção militar sobre outros países, sem sofrerem qualquer represália jurídica.”⁹⁷

Vale destacar que o Tribunal Penal Internacional julga apenas indivíduos, ao passo que o Direito Internacional Humanitário é aplicado aos Estados, que respondem perante a Corte Internacional de Justiça (CIJ) caso tenham reconhecido a obrigatoriedade de sua jurisdição, pelas condutas omissivas e comissivas de quaisquer de seus órgãos políticos internos sobre “qualquer ponto de direito internacional” e que tenha por objeto “a natureza ou extensão da reparação devida pela ruptura de um compromisso internacional”, segundo o disposto no artigo 36, 2, “b” e “d”, do Estatuto da Corte Internacional de Justiça. Além disso, a responsabilização de indivíduos e Estados não são dependentes, mesmo quando relacionados ao mesmo fato, porém em decorrência do fato de a força executória da CIJ depender das decisões adotadas pelo Conselho de Segurança (art. 41 do Estatuto), pode-se comprometer sua efetividade a depender dos interesses em disputa.

De qualquer modo, o Estatuto de Roma estabelece em seu artigo 27 a “Irrelevância da Qualidade Oficial” como forma de eximir um indivíduo do julgamento do TPI, estipulando inclusive que eventuais imunidades a eles concedidas no direito interno de um Estado não se estendem ao tribunal internacional. No artigo seguinte (28) também se percebe que os superiores hierárquicos são responsáveis pelas ações cometidas por seus subordinados ao não exercerem um controle apropriado sobre as forças sob seu comando. Ainda, notório é o regime de penas aplicáveis, que pode ser pecuniária (multa ou perda de produtos, bens e haveres provenientes do crime) e/ou restritiva de liberdade (até 30 anos ou prisão perpétua se elevado o grau de ilicitude e as condições pessoais do condenado), mas jamais penas de morte, muito utilizadas nos tribunais *ad hoc*.

Tendo isso em vista, seria facilmente classificável a invasão ao Iraque como um ato de agressão (infração ao Direito da Guerra – *Jus ad Bellum*) pela violação ao

⁹⁷ RAMINA, Larissa; JÚNIOR, Moacir Iori. OS DOIS PRATOS DA JUSTIÇA INTERNACIONAL: vencedores e vencidos. In: SILVA, Eduardo Faria; GEDIEL, José Antônio Peres; TRAUZYNSKI, Sílvia Cristina (Org.). **Direitos humanos e políticas públicas**. Curitiba: Editora Universidade Positivo, p. 153-172, 2014, p. 165.

princípio da soberania iraquiana sem a prévia permissão de quaisquer organismos internacionais, bem como se constata que os atos cometidos no território iraquiano constituem crimes de guerra ao afrontar o Direito Humanitário (*Jus in Bello*), notadamente em relação às Convenções de Genebra. No entanto, após quinze anos, muitos crimes passíveis de julgamento pelo TPI seguem impunes. Isso se deve ao fato que tanto os Estados Unidos quanto o Iraque não são signatários do Estatuto de Roma, de maneira que seus soldados e cidadãos não podem ser indiciados no Tribunal. Diferente seria se o Iraque, assim como fez o Afeganistão em 2003, por exemplo, reconhecesse a competência do TPI, pois o Tribunal também pode julgar crimes cometidos no território de um Estado membro. É justamente nesse sentido que o ex-procurador-geral do TPI, Luis Moreno Ocampo, solicita que os países árabes reconheçam o Tribunal, permitindo que sejam ouvidos e que denúncias sejam investigadas⁹⁸, mas cujo exercício jurídico só tratará de crimes posteriores ao reconhecimento.

Em outras palavras, não sendo possível a atuação do Tribunal Penal Internacional, a punição aos infratores depende do julgamento dos órgãos nacionais, havendo possibilidade de um caso nunca ser julgado. Isso não se confunde com a hipótese da jurisdição complementar da TPI, a qual implica a possibilidade de sua atuação se um país signatário, competente para julgar determinado caso, não queira ou não possa realizar o julgamento, assim como quando se verifica que o julgamento foi realizado sem a devida imparcialidade.

Também cumpre informar que afora a regra geral do Tribunal ser no sentido de que a aderência superveniente de um Estado ao Estatuto de Roma lhe permitiria processar apenas fatos posteriores à sua adesão, reconhece-se a possibilidade de a jurisdição do TPI ser aplicada a fatos pretéritos à aderência de um país, desde que não sejam anteriores ao início da vigência do Tribunal, bastando que o Estado opte pela aceitação de efeitos retroativos e estipule uma data para tanto. Visualiza-se, assim, em tese, uma possibilidade jurídica de apuração dos crimes de guerra

⁹⁸ **TRIBUNAL INTERNACIONAL:** BUSH E BLAIR SÃO PASSÍVEIS DE PROCESSO. G1, 18 de março de 2007. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,AA1492133-5602,00.html>. Acesso em 10 de outubro 2018.

realizados no Iraque se este aderir ao TPI e acolher sua competência jurisdicional a um momento anterior ao início do conflito bélico.

Já o Reino Unido, por ter ratificado o Estatuto de Roma em 2001, pode ser indiciado a qualquer momento pelo Tribunal Penal Internacional pelos crimes de guerra no Iraque, permitindo inclusive a responsabilização do então primeiro-ministro Tony Blair. Aliás, existe um processo levado ao TPI a respeito da prática de tortura e de maus tratos realizados por soldados britânicos a cerca de 1070 prisioneiros iraquianos⁹⁹.

⁹⁹ **PROCURADORA DO TPI acredita que britânicos cometeram crimes de guerra no Iraque.** Diário de Notícias, Portugal. 04 de dezembro, 2017. Disponível em: <https://www.dn.pt/lusa/interior/procuradora-do-tpi-acredita-que-britanicos-cometeram-crimes-de-guerra-no-iraque-8963408.html>> Acesso em: 10 de out. 2018.

6 CONCLUSÃO

Mesmo nos momentos históricos em que um único país exerceu uma liderança mundial, sua hegemonia não estabilizava o sistema internacional nem impedia a competição entre os Estados, justificando o expansionismo das potências hegemônicas para se manter a frente dos demais competidores. Para tanto, essas potências se protegem coletivamente, impedindo o surgimento de novos Estados e economias líderes, através do monopólio de armas, moeda, finanças, informação e inovação tecnológica¹⁰⁰. O aparecimento de uma potência emergente é sempre fator de desestabilização internacional na medida em que sua ascensão ameaça os interesses estabelecidos, no entanto, são os próprios Estados líderes que desafiam as regras e instituições que eles mesmos criaram sempre que os impedem de expandir seus poderes mais que os demais¹⁰¹.

Desde o final da década de 60, o Iraque passou por um período de prosperidade e grande crescimento econômico, impulsionados principalmente pelo comércio de petróleo, passando a exercer maior influência nos países árabes e unindo as características que o permitiam se enquadrar como uma nova potência emergente. Por ser um governo secular e aliado dos Estados Unidos, passou a receber aportes financeiros e auxílio militar da potência capitalista, principalmente para enfrentar o crescimento da República do Irã, mas sua posição estratégica no mundo árabe e sua aspiração expansionista passaram a ser vistos como um verdadeiro entrave aos interesses estadunidenses, os quais se valeram da invasão iraquiana ao Kuwait para enfraquecer a agora potência rival, e da ideologia do combate ao terror para aniquilar definitivamente com suas possibilidades de hegemonia no Oriente Médio.

Sob tal aspecto, nota-se que a partir da formulação do “Eixo do Mal”, os Estados Unidos passaram a promover um verdadeiro terrorismo de Estado em escala mundial, visto que seu poder estatal passou a representar uma prática política abusiva da recorrente ameaça e uso da violência para controlar populações

¹⁰⁰ STRANGE, Susan. **States and Markets**. Londres: Pinter, 1994.

¹⁰¹ FIORI, José Luís. Obra. Cit., p. 30-31.

no globo através do medo da repressão e da indução de comportamentos passivos até mesmo de outros Estados e organismos internacionais¹⁰², exacerbando do seu “monopólio do uso legítimo da força física”¹⁰³ para justificar sua atuação em níveis internacionais. É o que se percebe como consequência do discurso estadunidense acerca da intervenção humanitária, conceito que foi criado com o intuito de impedir maiores atrocidades humanas e cabível apenas em situações excepcionais, mas que tem sido utilizado ordinariamente pelas grandes potências para permitir sua ingerência em regiões de seus interesse, culminando justamente na ocorrência de mais crises dessa envergadura pela postura de extermínio que remetem às populações de outras comunidades ou Estados.

O desenvolvimento do Direito Internacional sempre se assentou na procura por uma moralidade comum para sustentar a sua legitimidade, de modo que os argumentos de índole moral sempre o constituíram. Mas essa constatação não permite que o direito internacional possa ser baseado em exigências políticas nacionais, sob pena de se converter em uma forma de imperialismo. Nesse sentido, afirma-se que o moderno direito internacional possui nítido espírito kantiano, já que se dedica a promover a paz pela proibição da ameaça e do uso da força, salvo para a autodefesa ou para o reestabelecimento da ordem interestatal¹⁰⁴. Justamente nesse ponto reside a questão central: a proibição da guerra só é relativizada para a sobrevivência de um Estado ou de seus cidadãos, quando o princípio de não intervenção cede à responsabilidade internacional do “dever de proteger”.

No entanto, a crise do Iraque decorreu justamente da fusão indevida entre argumentos morais e políticos, pois se tentou legitimar a invasão, uma guerra ofensiva, como uma forma de intervenção humanitária. Sob esse manto, apenas se pode considerar os casos em que um governo nega a ideia de Direito, entendida em sua distinção à violência, mas não necessariamente em relação à injustiça, já que a primeira distinção deve prevalecer sobre a segunda para não provocar o risco de a

¹⁰² DUARTE, André. Poder soberano, Terrorismo de Estado e Biopolítica: fronteiras cinzentas. In: BRANCO, Guilherme Castelo (Org.). **Terrorismo de Estado**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 11-34, p.11.

¹⁰³ WEBER, Max. **Ciência e Política**: duas vocações, São Paulo: Cultrix, 1993, p.56.

¹⁰⁴ KERSTING, Wolfgang. Hobbes, Kant, a paz universal e a guerra contra o Iraque. **Kant e-prints**, v. 3, n. 2, 2004, p. 4-5.

injustiça legitimar uma violência potencialmente institucionalizada¹⁰⁵. Sob essa ótica se compreende porque a intervenção da OTAN no Kosovo foi legítima e a Guerra do Iraque não, pois facilmente se verifica que o governo iugoslavo submetia seus cidadãos à violência, ao passo que as forças da coalizão buscaram uma retórica moral maniqueísta para justificar sua entrada no território iraquiano em 2003.

Não há mais dúvidas na atualidade acerca da ilusória vinculação de Saddam Hussein com o Al-Qaeda, da invenção sobre a existência de armas químicas e biológicas no Iraque e do fracasso na implantação da democracia no Oriente Médio. Pelo contrário, evidencia-se uma grave instabilidade política e social num país devastado pela guerra, permitindo a potencialização de extremismos que deram origem ao Estado Islâmico e provocou conflitos internos entre sunitas, xiitas e curdos¹⁰⁶.

A Guerra do Iraque representou apenas uma nova tônica das pretensões de dominação imperial que determinados grupos de interesse pretendem reestabelecer. Com esse objetivo, reafirma-se a soberania norte-americana diante de uma suposta situação de exceção para situar o soberano “fora da ordem jurídica normalmente vigente”¹⁰⁷. Os atentados terroristas de 11 de setembro forneceram a justificativa para atribuir ao presidente estadunidense uma crescente concentração de poderes, permitindo a adoção de medidas secretas e arbitrárias em nome da defesa do Estado. Sua máxima expressão se apresenta pelas detenções por tempo indefinido de estrangeiros suspeitos de terrorismo, pois essa atuação consiste em um mecanismo orientado por um marco racial-étnico desumanizador sobre certas populações¹⁰⁸, anulando todo o estatuto jurídico desses indivíduos e produzindo seres inclassificáveis ao Direito¹⁰⁹ pela aferição de uma pretensa periculosidade.

Percebe-se, assim, que o pensamento de George W. Bush sobre o estatuto dos acusados de terrorismo se assemelha à lógica de Carl Schmitt, visto que não

¹⁰⁵ Ibidem, p. 6-7.

¹⁰⁶ ABDULRAZAQ, Tallha. Invasion of Iraq: The original sin of the 21st century. **Al Jazeera**, 20 de março 2018. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/indepth/opinion/invasion-iraq-original-sin-21st-century-180320095532244.html>>; Acesso em: 20 de out. 2018.

¹⁰⁷ SCHMITT, Carl. **Teologia política**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006, p. 7-8.

¹⁰⁸ BUTLER, Judith. **Vida precária**. El poder del duelo y la violencia. Buenos Aires: Paidós, 2006.

¹⁰⁹ AGAMBEM, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2004, p. 14.

aceita a reivindicação de direitos humanos e das leis de guerra como formas de restringir suas ações. Essa pretensão do monopólio da violência em escala global é inquestionável com a política estadunidense de não submissão ao Tribunal Penal Internacional aliado às constantes negociações por acordos bilaterais com diversos países para garantir a imunidade das forças norte-americanas.

Ao menos, essa atitude política unilateral não é capaz de gerar um costume internacional na medida em que o artigo 38, b, do Estatuto da Corte Internacional de Justiça, prevê que para essa configuração se exige a prática geral e a aceitação de sua juridicidade pela comunidade internacional em geral. No cenário atual em que essa racionalidade tem encontrado guarida pelas grandes potências no combate ao terrorismo, a opinião jurídica contrária é fundamental para não se consolidar essa prática com ares de legitimidade, principalmente em razão das conhecidas consequências e da praticamente inevitável ocorrência de transgressões que tal postura imperialista promove nas comunidades dos afetados pelas guerras.

Em relação às empresas militares privadas, forçoso reconhecer que operam em um terreno jurídico bastante impreciso, e que os atuais esforços pela regulação apenas promovem a continuidade de suas atividades. A presença de contratados privados permite a transferência da responsabilidade pelas operações mal sucedidas e pelas violações do Direito Humanitário do Estado a terceiros, tornando ainda mais difícil a aferição dos fatos quando os contratos são sigilosos e se envolvidos no conflito são estrangeiros, além de impactar notavelmente na verificação das baixas (o contratado não é considerado militar, e os estrangeiros sequer são contabilizados) e na repercussão dos debates sobre a guerra.

A privatização da guerra também pode implicar o acesso a recursos até então juridicamente inacessíveis, já que as empresas podem operar em territórios e mediante procedimentos de legalidade questionáveis, evitando que o Estado arque com os custos das infrações. Trata-se, portanto, de um serviço que ameaça os instrumentos democráticos e o próprio Estado de Direito pela sua falta de transparência e pelos seus métodos de atuação na realidade do campo de operações militares. Claramente se parte do infeliz pensamento de que, se a base da guerra é a violência, não há porque haver moderação na sua execução, salvo

algum estímulo em contrário (lucro mediante outros meios ou certeza da cessação de benefícios).

Logo, a punição dos perpetradores de crimes de guerra e das autoridades políticas e militares responsáveis pelo comando das tropas é fundamental para evidenciar o dever e a responsabilidade das lideranças em evitar e reprimir ações dessa natureza entre seus subordinados, bem como oferecer um mínimo de proteção aos civis não envolvidos no conflito. Essa necessidade se estende à responsabilização de chefes de Estados, pois mesmo que não sejam os únicos responsáveis pela eclosão de guerras e da formação de acordos internacionais, eles certamente canalizam uma carga expressiva da opinião de seus representados e conduzem seus panoramas políticos, sociais e econômicos¹¹⁰. Deve-se buscar a devida punição de todos os responsáveis por seus atos individuais de infrações às normas internacionais de direitos humanos e do direito humanitário, bem como dos Estados que as fomentam ou não as condenam expressamente. É a única forma de se evitar a completa banalização da violência e das falsas justificativas humanitárias.

Assim também se combateria a crítica que grande parte dos países africanos fazem em relação ao fato de o Tribunal Penal Internacional servir como um mecanismo ocidental de recolonização ao permitir a intervenção na soberania de países em que as grandes potências possuem interesses estratégicos. Trata-se de um imperativo crucial para recuperar novamente a confiabilidade da comunidade internacional nas instituições democráticas supranacionais, evitando que a saída do Burundi como Estado parte do Tribunal em 27 de outubro de 2017 se torne um paradigma para os demais países que se sentem injustiçados diante da incapacidade de controle sobre os “senhores da guerra”. A ativação da jurisdição do crime de agressão é apenas o primeiro passo, já tardiamente realizado, para essa empreitada.

Para tanto, faz-se necessário o reconhecimento obrigatório da competência dos tribunais internacionais para todos os Estados, com força de norma imperativa, pois a regra clássica da exigência de consentimento expresso para a submissão ao

¹¹⁰ BARNABÉ, Israel Roberto; MINUCCI, Caroline de Andrade Silva. Guerra do Iraque: Clinton e Bush—uma análise comportamental. **Relações Internacionais no Mundo Atual**, n. 8, p. 21-44, 2008.

Direito Internacional não atende mais aos anseios da consciência jurídica universal. Com isso se aposta numa maior eficiência que a jurisdição internacional acarretaria à solução de litígios se de fato fosse uma instância jurídica obrigatória, na medida em que deixaria de ser refém da vontade política dos Estados em obedecer as suas ordens, principalmente em decorrência da amplitude de poderes conferidos aos membros permanentes do Conselho de Segurança, para assumir a tarefa de dirimir conflitos entre Estados juridicamente e politicamente iguais.

Outrossim, seria fundamental que o discurso do medo fosse superado pela compreensão da humanidade do “outro” para que se pudesse efetivar um desarmamento ideológico, essencial para diminuir as constantes desconfianças entre os povos e seus representantes políticos e, a longo prazo, fornecer as condições para que se percebam como desnecessários os incentivos ao infindável desenvolvimento de equipamentos militares cada vez mais destruidores.

Aliado a essa atividade, incumbida a setores de informação e transparência imparciais, do mesmo modo seria elementar que apenas uma organização internacional estruturalmente sofisticada possuísse o controle das armas, com força para impor medidas econômicas e policiais conjuntas que garantissem o respeito às suas decisões, e, somente em *ultima ratio*, capaz de prestar auxílio militar aos casos de intervenção verdadeiramente humanitária, quando necessária para evitar um mal maior, mas a estar sempre sob controle de outros entes políticos para que não se torne um instrumento político a favorecer interesses outros que não o da promoção da paz. Desse modo, seria levado a julgamento todos aqueles que tentassem impor suas vontades pelo uso da força, situação que poderia ser remediada por meio de pressões econômicas conjuntas ou da opinião pública mundial, e, apenas em última análise, que seria combatida mediante a intervenção armada de um corpo expedicionário global.

Em suma, deve-se atentar para que o objetivo maior da criação da Organização das Nações Unidas, que é a promoção da paz e da segurança internacional, não seja tarefa assumida por outro ente político e seus interesses particulares. Pelo contrário, é salutar o reforço institucional dessa organização internacional para que retome a si o controle desse encargo e aja corajosamente contra os Estados que procuram negar sua submissão perante o Direito

Internacional. Não há mais espaço para que a autoridade da Corte Internacional da Justiça e do Tribunal Penal Internacional se mantenha inerte ou seja submissa aos principais violadores das regras internacionais humanitárias (e aqui se refere com destaque, mas não somente, aos Estados Unidos, Rússia, China e Israel), caso contrário, não haveria razão outra para sua manutenção que conservar o exercício ilegítimo de poder de alguns em detrimento dos principais interesses humanos.

REFERÊNCIAS

ABDULRAZAQ, Tallha. Invasion of Iraq: The original sin of the 21st century. **Al Jazeera**, 20 de março 2018. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/indepth/opinion/invasion-iraq-original-sin-21st-century-180320095532244.html>>; Acesso em: 20 de out. 2018.

AGAMBEM, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2004.

AL GORE. Against a doctrine of preemptive war. In: CERF, Christopher; SIFRY, Micah L. (Eds.). **The Iraq War Reader: History, Documents, Opinions**. New York: Touchstone, 2003.

AMNESTY INTERNATIONAL. **Renunciar a las comisiones militares, cerrar Guantánamo**. 2007. Disponível em: <http://www.amnesty.org/library/print/ESLAMR511182007>. Acesso em: out. 2018.

ANNAN, Kofi. **The two concepts of sovereignty**. The Economist, London, v. 352, n. 8137, Sept. 1999.

ASKIN, Kelly Dawn. The ICTY: An Introduction to its Origins, Rules and Jurisprudence. In MAY, R. et al. **Essays on ICTY Procedure and Evidence in Honour of Gabrielle Kirk McDonald**. London: Kluwer Law International, p. 13-23, 2001.

BANCROFT-HINCHEY, Timothy. Expostos: Crimes de Guerra dos EUA no Iraque. **Pravda.ru**. [s.i.], 12 dez. 2003. Disponível em: <<http://port.pravda.ru/news/mundo/12-12-2003/3808-0/>>. Acesso em: 10 out. 2018.

BARNABÉ, Israel Roberto; MINUCCI, Caroline de Andrade Silva. Guerra do Iraque: Clinton e Bush—uma análise comportamental. **Relações Internacionais no Mundo Atual**, n. 8, p. 21-44, 2008.

BIAZATTI, Bruno de Oliveira. **Palestina é o 30º Estado a ratificar as Emendas de Kampala ao Estatuto de Roma do TPI**. Disponível em: <http://centrodireitointernacional.com.br/palestina-e-o-30o-estado-a-ratificar-as-emendas-de-kampala-ao-estatuto-de-roma-do-tpi/>. Acesso em: 10 de outubro de 2018.

BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Quinta edição. Volume 2. Brasília: Imprensa Oficial/Editora UnB, 2000.

BÖHLKE, Marcelo. **A proibição do uso da força no direito internacional contemporâneo**. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BUTLER, Judith. **Vida precária**. El poder del duelo y la violencia. Buenos Aires: Paidós, 2006.

CARNEIRO, Mariana; LEIRIA, Luis (Org.). Cronologia da guerra no Iraque. **Esquerda**. [s.l.], 23 mar. 2013. Disponível em: <https://www.esquerda.net/dossier/cronologia-da-guerra-no-iraque/27211>. Acesso em: 12 out. 2018.

CAROTHERS, Thomas. The End of the Transition Paradigm. **Journal of Democracy**, vol. 13, nº 1, pp. 5-21, 2002.

CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS. Nações Unidas no Brasil. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br>. Acesso em 02.10.2018.

CHARNEY, Jonathan I. Anticipatory Humanitarian Intervention in Kosovo. In **The American Journal of International Law** - Editorial Comments: NATO's Kosovo Intervention, vol. 93, p. 834-841, 1999.

CIA officer may face war crime charges for unofficial interrogations at Abu Ghraib. **Daily Mail**, 13 July 2011. Disponível em: <http://www.dailymail.co.uk/news/article-2014319/CIA-officer-face-war-crime-charges-unofficial-interrogations-Abu-Ghraib.html#ixzz37ZoXKf2S/>. Acesso em: 12 out 2018.

Contractors' Support of U.S. Operations in Iraq. CBO Paper, 3053, August 2008, p. 22. Disponível em: <http://www.cbo.gov/sites/default/files/08-12-iraqcontractors.pdf>. Acesso em: 12 out. 2018.

CORREIA, Armando José Dias. Iraque: OBJECTIVOS, ESTRATÉGIAS E PERSPECTIVAS FUTURAS. **Revista Militar**, Lisboa, n. 2483, p.1563-1592, dez. 2008. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/356>. Acesso em: 10 out. 2018.

DENBEAUX, Mark; DENBEAUX, Joshua. **Report on Guantánamo detainees**. New Jersey: Seton Hall University School of Law, 2006. Disponível em: http://law.shu.edu/news/guantanamo_third_report_7_11_06.pdf. Acesso em: out. 2018.

DISSENHA, Rui Carlo. Do Iraque ao Iraque outra vez: o jus ad bellum no contexto internacional depois de 10 anos da invasão iraquiana. **Revista Jurídica – Unicuritiba**, Curitiba, v. 4, n. 37, p. 225-248, 2014.

DONNELLY, Jack. Direitos humanos internacionais: consequências não intencionais da guerra contra o terrorismo. **Contexto Internacional**, v. 25, n. 2, p. 333-361, 2003.

DUARTE, André. Poder soberano, Terrorismo de Estado e Biopolítica: fronteiras cinzentas. In: BRANCO, Guilherme Castelo (Org.). **Terrorismo de Estado**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 11-34, 2013.

ELIAS, Norbert. **A condição humana**: Considerações sobre a evolução da humanidade, por ocasião do quadragésimo aniversário do fim de uma guerra (8 de Maio de 1985). Trad. Manuel Loureiro. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1991.

ELLIS, Mark, Breaking the Silence: Rape as an International Crime. **Case Western Reserve Journal of International Law**, v. 38, n. 2, p. 225-248, 2007. Disponível em: <http://scholarlycommons.law.case.edu/jil/vol38/iss2/3>.

ERZAN, Ayse. GUERRA, TERRORISMO AMBIENTAL Y LA NECESIDAD DE SOLIDARIDAD CON IRAK. Trad. de Diógenes Carvajal. **Nómadas (col)**, Bogotá, n. 24, p. 215-221, abr. 2006. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/1051/105116598018/>. ISSN 0121-7550. Acesso em: 10 out. 2018.

ESPINOLA, Claudia Voigt “O véu debaixo da linha do Equador: as mulheres da comunidade islâmica de Florianópolis”. In: RIAL, Carmen; TONELI, Juracy (Orgs.). **Genealogias do silêncio**. Florianópolis: Editora Mulheres, p. 131-152, 2004.

FIORI, José Luís. **História, estratégia e desenvolvimento**: para uma geopolítica do capitalismo. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

FOREIGN and Commonwealth Office. Iraq: legal basis for the use of force. 17 mar. 2003. Disponível em: http://www.ico.gov.uk/upload/documents/library/freedom_of_information/notices/annex_c_-

_memorandum_by_foreign_and_commonwealth_office_170303.pdf. Acesso em: 04 out. 2018.

FUKUYAMA, Francis. **The End of the History and the Last Man**. New York: Avon Books, 1992.

GÓMEZ, José María. Soberania imperial, espaços de exceção e o campo de Guantánamo: desterritorialização e confinamento na “Guerra contra o Terror”. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p.267-308, ago. 2008. FapUNIFESP (SciELO).

GREY, S. Comment les États-Unis inventent la délocalization de la torture. **Le Monde Diplomatique**, avril 2005.

HARRIS, D. J. **Cases and Materials on International Law**. Sixth edition. London: Sweet & Maxwell, 2004.

Human Rights acusa EUA de crimes de guerra no Iraque. **Tribuna da Imprensa**. 14 de janeiro de 2004. Disponível em: <http://www.consciencia.net/2004/mes/01/hrw-eua.html>. Acesso em: 10 out. 2018.

Human Rights Watch, In the Name of Counter-Terrorism: Human Rights Abuses Worldwide, <http://www.hrw.org/un/chr59/counter-terrorismbck4.htmP286ã64797>.

HUNTINGTON, Samuel. **The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order**. New York: Simon & Schuster, 1996.

INTERNATIONAL CANADA: COMMISSION ON INTERVENTION AND STATE SOVEREIGNTY. **The Responsibility to Protect**, Ottawa: International Development Research Centre, Dec. 2001. Disponível em: <https://www.idrc.ca/en/book/responsibility-protect-report-international-commission-intervention-and-state-sovereignty>. Acesso em: 10 out. 2018.

JOHNSON, K. Shields of War: Defining Military Contractors' Liability for Torture. **American University Law Review**, n.61, v.5, pp. 1417–1431, 2012. Disponível em: <http://digitalcommons.wcl.american.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1656&context=aulr>.

KERSTING, Wolfgang. Hobbes, Kant, a paz universal e a guerra contra o Iraque. **Kant e-prints**, v. 3, n. 2, 2014.

KOSKENNIEMI, Martii. **From Apology to Utopia: The Structure of International Legal Argument**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

KOSKENNIEMI, Martii. The Lady Doth Protest Too Much', Kosovo, and the Turn to Ethics in International Law. In **The Modern Law Review**, vol. 65, n. 2, March 2002, p. 159-175, 2002.

LAFER, Celso. Guerra, Direito e Poder no Golfo Pérsico. In CARDIM, Carlos Henrique (org.). **Bobbio no Brasil – um retrato intelectual**. Brasília: Editora UnB/Imprensa Oficial, 2001.

LOWE, Vaughan. The Iraq Crisis: What Now? **International and Comparative Law Quarterly**, Vol. 52, Part 4, Oct. 2003, pp. 859-871. Disponível em: <http://www.biicl.org/publications/iclq/load/-/v/52/i/4/f/859/>. Acesso em: 05 out. 2018.

MAZZETTI, M. Former Spy With Agenda Operates a Private C.I.A. **The New York Times**, 22 nov. 2011.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. 5ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MONACO, Bianca del. **O Tribunal Penal Internacional ativa sua jurisdição aos crimes de agressão**. Disponível em: <https://jornal.ceiri.com.br/o-tribunal-penal-internacional-ativa-sua-jurisdicao-aos-crimes-de-agressao/>. Acesso em: 10 de outubro de 2018.

MOTTA, Bárbara Vasconcellos de Carvalho. **Securitização e política de exceção: o excepcionalismo internacionalista norte-americano na segunda Guerra do Iraque**. 2014, p. 100. 125 f. Dissertação (mestrado) - UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/111154>>.

MUÑOZ, Carlo. Democrats, Republicans prepare budget battle plans for future of Gitmo. **The Washington Times**. Washington, 06 maio 2018.

NASSER, Reginaldo Mattar; PAOLIELLO, Tomaz Oliveira. Uma nova forma de se fazer a guerra? Atuação das Empresas Militares de Segurança Privada contra o terrorismo no Iraque. **Revista de sociologia e política** v. 23, n.53, mar. 2005, p. 27-46.

NATION, Craig R. **War in the Balkans 1991-2002**. Carlisle: Strategic Studies Institute, 2003.

NETO, Guilherme. **Empresas Militares Privadas na Guerra do Iraque: Virtudes e Defeitos no Desempenho Operacional**. Diss. Academia Militar. Direção de Ensino, 2010.

OVERY, Richard. **A história da guerra em 100 batalhas**. Trad. Luis Reyes Gil. São Paulo: Publifolha, 2015.

PASSOS, Kennya Regyna Mesquita; LOSURDO, Federico. ESTUPRO DE GUERRA: O SENTIDO DA VIOLAÇÃO DOS CORPOS PARA O DIREITO PENAL INTERNACIONAL. **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito**, Maranhão, v. 3, n. 2, p.153-169, jul./dez. 2017. E-ISSN: 2525-9849.

PFANNER, Toni. Asymmetrical warfare from the perspective of humanitarian law and humanitarian action. In **International Review of Red Cross**, vol. 87, number 857, March 2005, p. 149-174, 2005.

PINCUS, W. **Contractors in Iraq Have Become U.S. Crutch**. Washington Post, 20 Aug, 2007. Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2007/08/19/AR2007081901314.html>. Acesso em: 12 out. 2018.

PINHEIRO, Leandro Guerreiro C. "Guerra do Iraque: análise de sua legalidade frente ao direito internacional contemporâneo." **Jus Navigandi**, Teresina, ano 14, 2009.

PIOVESAN, Flavia. **Direitos Humanos e Justiça Internacional**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

PLATIAU, Ana Flávia Granja e Barros; VIEIRA, Priscilla Brito Silva. "A legalidade da intervenção preventiva e a Carta das Nações Unidas." **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 49, n.1, p. 179-193, jun. 2006.

PROCURADORA DO TPI acredita que britânicos cometeram crimes de guerra no Iraque. Diário de Notícias, Portugal. 04 de dezembro, 2017. Disponível em: <https://www.dn.pt/lusa/interior/procuradora-do-tpi-acredita-que-britanicos-cometeram-crimes-de-guerra-no-iraque-8963408.html>. Acesso em: 10 de out. 2018.

RAMINA, Larissa; JÚNIOR, Moacir Iori. OS DOIS PRATOS DA JUSTIÇA INTERNACIONAL: vencedores e vencidos. In: SILVA, Eduardo Faria; GEDIEL, José

Antônio Peres; TRAUZYNSKI, Silvia Cristina (Org.). **Direitos humanos e políticas públicas**. Curitiba: Editora Universidade Positivo, p. 153-172, 2014.

RAMSBOTHAM, David. Operation Overstretch. **London Review of Books**, v. 25, n. 4, Feb. 20 – Mar. 6, 2003, p. 11-12. Disponível em: <https://www.lrb.co.uk/v25/n04/david-ramsbbotham/operation-overstretch>. Acesso em: 02 out. 2018.

RÉGIS, André. **Intervenções nem sempre humanitárias**: o realismo nas relações internacionais. João Pessoa: EDUFPB, 2006.

RESOLUÇÃO 1441, de 08 de novembro de 2002, do Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovada na sua 4633ª sessão (doc. S/RES/1441).

RESOLUÇÃO 687, de 03 de abril de 1991, do Conselho das Nações Unidas (doc. S/RES/687).

RIAL, Carmen. Guerra de imagens e imagens da guerra: estupro e sacrifício na Guerra do Iraque. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p.131-151, Janeiro-abril, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v15n1/a09v15n1>>. Acesso em: 02 out. 2018.

SANTOS, Maria Helena de Castro. Exportação de democracia na política externa norte-americana no pós-Guerra-Fria: Doutrinas e o uso da força. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 53, n. 1, p. 157-191, 2010.

SCAHILL, J. **Blackwater**: a ascensão do exército mercenário mais poderoso o mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SCHMITT, Carl. **Teologia política**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

SCHREIER, F.; CAPARINI, M. Privatizing Security: Law, Practice and Governance of Private Military and Security Companies. **Centre for the Democratic Control of Armed Forces**. Occasional Pape, n.6, 2005.

SEGATO, Rita. Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.13, n.2, maio-agosto, 2005.

SHAW, M. **The New Western Way of War**. Cambridge (UK): Polity Press, 2005.

SHORROCK, T. **The Corporate Takeover of U.S. Intelligence**. Salon, n.1 June, 2007.

STRANGE, Susan. **States and Markets**. Londres: Pinter, 1994.

TONKIN, H. **State Control over Private Military and Security Companies in Armed Conflict**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

TRIBUNAL INTERNACIONAL: BUSH E BLAIR SÃO PASSÍVEIS DE PROCESSO. G1, 18 de março de 2007. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,AA1492133-5602,00.html>. Acesso em 10 de outubro 2018.

TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. **Direito das Organizações Internacionais**. 3 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

UNITED NATIONS. **Amendments to the Rome Statute of the International Criminal Court on the Crime of Aggression**. Kampala, 11 June, 2010.

UNITED NATIONS. International Criminal Tribunal for the Former Yugoslavia. **Final Report to the Prosecutor by the Committee Established to Review the NATO Bombing Campaign Against the Federal Republic of Yugoslavia**, parágrafo 91.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World-System**. Nova York: Academic Press, 1974, cap. 3.

WEBER, Max. **Ciência e Política: duas vocações**, São Paulo: Cultrix, 1993.

WEDGWOOD, Ruth. NATO'S Campaign in Yugoslavia. In: **American Journal of International Law - Editorial Comments: NATO's Kosovo Intervention**, vol. 93, p. 828-834, 1999.

ZOLO, Danilo. **Globalização: Um mapa dos problemas**. Tradução Anderson Vichinkeski Teixeira. Florianópolis: Conceito Editorial, 2010.

_____. **La Justicia de los Vencedores**. Trad. Elena Bossi. Buenos Aires, Edhasa, 2007.